

anefa

Revista da Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente



Edição Trimestral n.º 23 · 3€
Janeiro/Fevereiro/Março 2014

14

ACTUALIDADES 
CAOF

26

OPINIÃO 
Plantações clonais
de eucalipto

25
28

ASSOCIADAS 
• Claro&Miranda
• TMF

6

**Entrevista ao Secretário de Estado
das Florestas e do Desenvolvimento Rural**

Que futuro nos reserva a Floresta e Agricultura nacional?



expo Jardim

20 / 23 Fev. 2014

EXPOSALÃO / Batalha

16ª Feira de plantas, flores,
mobiliário urbano e de jardim,
piscinas e acessórios,
equipamentos, máquinas
e acessórios para jardinagem.

participe



exposalão
centro de exposições S.A.

P.O. Box 39, 2441-951 Batalha, Portugal / tel. +351 244 769 480 / fax: +351 244 767 489
e-mail. info@exposalao.pt / www.exposalao.pt



Pedro Serra Ramos
Presidente da Direcção

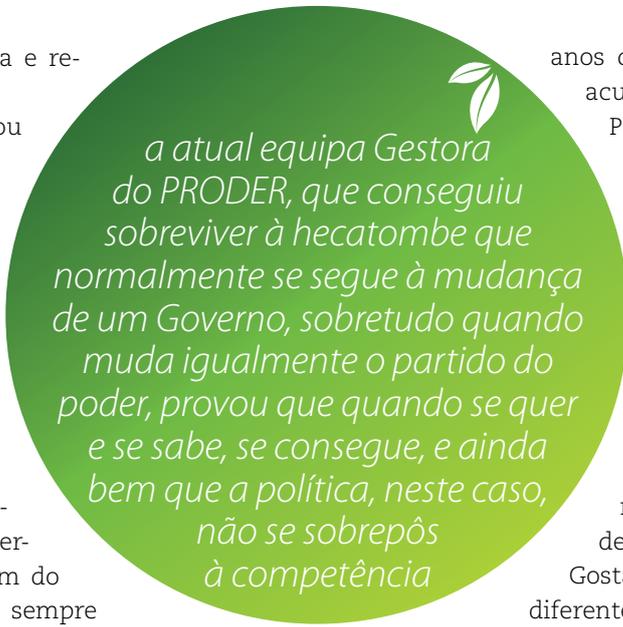
Novo Ano, Esperança Renovada...

EIS MAIS UM ANO que começa e renasce a esperança.

Com o final de 2013 encerrou o anterior quadro comunitário e dá-se início a um novo, que trará, ou não, melhores oportunidades. Há sempre quem diga que não se deve olhar para trás pois é no futuro que nos devemos concentrar. Não tenho essa opinião....

Aprende-se muito a olhar para trás, não pelo saudosismo, mas sobretudo se soubermos separar o que se fez bem do que se fez menos bem. E é sempre importante fazer esse balanço. Chama-se aprendizagem contínua. E é nesse balanço que, nós, ANEFA, gostaríamos de agradecer à equipa Gestora do PRODER, liderada pela Sr^a. Dr^a. Gabriela Ventura, o esforço que fez em conseguir mudar o rumo de um navio que se afundava, reconduzindo-o numa nova rota que deu e dará os seus frutos. A prova disso é a época de transição entre os dois quadros comunitários que parece vir a ser algo de diferente do que aconteceu no passado. Acreditamos que neste processo também outras pessoas do GPP do Ministério de Agricultura tiveram uma palavra e para eles também o nosso agradecimento.

Mas a atual equipa Gestora do PRODER, que conseguiu sobreviver à hecatombe que normalmente se segue à mudança de um Governo, sobretudo quando muda igualmente o partido do poder, provou que quando se quer e se sabe, se consegue, e ainda bem que a política, neste caso, não se sobrepôs à competência. Podemos sempre achar que muito mais se podia ter realizado, mas não podem cair no esquecimento os primeiros anos do PRODER, onde precisamente se procurou passar uma esponja sobre



a atual equipa Gestora do PRODER, que conseguiu sobreviver à hecatombe que normalmente se segue à mudança de um Governo, sobretudo quando muda igualmente o partido do poder, provou que quando se quer e se sabe, se consegue, e ainda bem que a política, neste caso, não se sobrepôs à competência

anos de conhecimento, que tinha sido acumulado de quadros anteriores.

Para nos explicar o que poderá ser o futuro, convidamos o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural a falar sobre o Futuro da Floresta e da Agricultura Nacional.

Ficamos a saber que afinal a culpa de não terem avançado os Alvarás para as empresas do setor primário foi da Troika, que, de acordo com o memorando assinado, aponta para a desregulamentação das profissões.

Gostaríamos de saber a opinião das diferentes Ordens Profissionais a esse propósito..... Será que a Troika tem conhecimento

que as empresas do setor estão impedidas de trabalhar em obras sujeitas a concurso público? Será que a Troika saberá que o Estado poderia efetuar essas obras mais barato e com melhor qualidade se “regulamentasse” essas profissões? Nunca o saberemos....mas como a Troika sairá, em princípio, no primeiro semestre deste ano, veremos então que explicação virá a seguir.

Apresentamos igualmente neste número um artigo sobre plantações clonais. Embora atualmente este tema esteja apenas associado às plantações de eucalipto, observa-se um crescente interesse sobre ele. Todavia, geralmente, é dada pouca informação sobre os prós e os contras da realização deste tipo de plantações.

Consideradas hoje, uma ferramenta fundamental para quem tem interesses no sector florestal, as tabelas da CAOF, constituem uma preciosa ajuda para os diferentes trabalhos a realizar na floresta. Por isso, decidimos apresentar o trabalho desenvolvido pela CAOF nos últimos meses.

Votos de um Bom Ano... 

Conteúdos



14

ACTUALIDADES



26

OPINIÃO



6

EM FOCO

Índice

Editorial

Em Foco

Entrevista ao Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural
Que futuro nos reserva a Floresta e Agricultura nacional?

ANEFA

Actualidades

CAOF – Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais

Eventos

Jornadas de sanidade florestal

3

Associadas

A Claro & Miranda
– Comércio de Madeiras, Lda.

6

Opinião

“Plantações clonais de eucalipto”

10

Associadas

TMF – Serviços e Comércio Agro-florestal, Lda.

14

Agenda

24

Legislação

25

26

28

29

31

Ficha Técnica



PROPRIETÁRIO / EDITOR



Rua dos Arneiros, 72 A C/V A
1500-060 Lisboa
Telef.: 214 315 270
Fax: 214 315 271
Telm.: 912 545 930
E-mail: geral@anefa.pt
Site: www.anefa.pt
NIF: 502 140 550

DIRETOR

Eng.º Pedro Serra Ramos

SUB-DIRECTOR REDACÇÃO

e Coordenação
Eng.ª Joana Faria
joanafaria.anefa@gmail.com

PUBLICIDADE, DESIGN
E PRODUÇÃO GRÁFICA



BLEED – Publicações e Eventos
Av. da República 41, 3.º Andar
Escritório 305
1050-187 Lisboa
Tel.: 217 957 045
E-mail: info@bleed.pt
www.bleed.pt

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

PERIODICIDADE

Trimestral

TIRAGEM

1.500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

279002/10

INSCRIÇÃO ERC

(Entidade Reguladora Comunicação)
125448

PREÇO

3€

“Revista Independente, sem qualquer subsídio estatal e/ou privado”
Os textos e a publicidade são da inteira responsabilidade dos seus autores.

O Banco para a agricultura.

- Financiamento para investimento e campanhas agrícolas
- Apoio à exportação

O BPI é o parceiro das empresas agrícolas. Com soluções para financiar investimentos produtivos, acompanhar necessidades de tesouraria das campanhas agrícolas e apoiar a exportação, o BPI apresenta uma oferta completa e competitiva dirigida às necessidades específicas deste sector.

Toda a informação nos Centros de Empresas ou Balcões BPI e em www.bancobpi.pt/empresas



Patrocinador
da Feira Nacional
de Agricultura.



BPI

ENTREVISTA AO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS FLORESTAS E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Que futuro nos reserva a Floresta e Agricultura nacional?

1 – Com a apresentação do novo Programa de Desenvolvimento Rural, a Floresta e Agricultura voltam a estar na ordem do dia. Avaliando o estado do sector primário e as suas prementes necessidades, quais são as grandes prioridades de atuação deste Governo?

As prioridades do Governo para o sector vêm expressas na estrutura proposta para o PDR. Realço que o conjunto de medidas que dele constam, ainda que numa fase de trabalhos em curso, foram todas elas refletidas em conjunto com os diversos parceiros setoriais. De forma sintética, aponto como essenciais as questões ligadas à criação de conhecimento e à sua transferência para os utilizadores, as medidas de apoio ao investimento, tanto nas explorações agrícolas como nas florestais, bem como a continuidade da aposta que tem sido feita no regadio, sendo transversal a toda a programação a simplificação e desburocratização das medidas de incentivo ao mundo rural. No entanto, e repito o que disse, a estrutura do programa reflete o conjunto de prioridades de ação que o Governo elege como suas e que, de uma forma ou de outra, encontram acolhimento no regulamento comunitário (FEADER) aprovado em Bruxelas.

2 – Relativamente ao Quadro Comunitário de Apoio que agora se inicia, o que perspectiva para Portugal face à atual situação nacional do Sector?

O que gostaria de ver acontecer, tal como qualquer português, era que o imenso trabalho que todos (governo e parceiros do setor) estamos a desenvolver na programação do próximo Quadro viesse a traduzir-se num conjunto de medidas adequadas à resolução dos principais estrangulamentos do setor agrícola e florestal. E tenho enorme confiança que tal acontecerá. O PDR constitui, como todos sabem, o principal instrumento de que o país disporá nos próximos 7 anos para financiar as políticas públicas setoriais. Estamos convictos que teremos programa eficaz, que possa garantir os meios necessários à continuação do desenvolvimento da agricultura, da floresta e do mundo rural português.

3 – Em termos florestais, quais são as prioridades de apoio e em que medida poderão estes impulsionar e dinamizar o sector em Portugal?

De forma simples diria que, em matéria florestal, temos algumas preocupações que apontam para um mesmo objetivo: aumentar o valor da nossa floresta, diminuindo e controlando os principais fatores de risco que têm condicionado



Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Professor Doutor Francisco Gomes da Silva

o seu desenvolvimento. Uma primeira dimensão, passa pelo apoio ao investimento na florestação e reflorestação, que terá como consequência o aumento de volumes, tanto por via da área como, principalmente, por via da produtividade. Uma segunda dimensão, de extrema importância para a nossa floresta, passa pelo apoio à recuperação de povoamentos onde se efetiva uma gestão ativa, aproveitando a regeneração natural, por exemplo. Nesta matéria temos áreas relevantes, por exemplo no pinheiro bravo, em resultado do aproveitamento do potencial de regeneração de áreas ardidas. Uma terceira dimensão diz respeito à substituição de povoamentos que, por diversas razões (má localização, sobre-exploração, etc...) estão instalados em estações,

regiões e com técnicas desadequadas. Teremos também uma aposta forte na diminuição dos riscos bióticos (doenças e pragas) e abióticos (incêndios). A este nível, serão privilegiadas as ações com escala territorial. Finalmente, temos consciência da necessidade de prever condições que apontem para uma melhoria da gestão, pelo que as questões da certificação, dos planos de gestão florestal e da prioridade às ações que apontem para um aumento de escala da gestão (de que as ZIF são um bom exemplo) serão devidamente contempladas.

4 – No passado, muito se discutiu sobre as implicações associadas às dificuldades em assegurar a participação do Estado no pagamento dos projetos aprovados do ProDeR, e na necessidade da execução desses mesmos projetos, que tanto contribuem para o desenvolvimento do Mundo Rural e da economia nacional. Que medidas considera necessárias protagonizar, para que o apoio alcance efetivamente empresários e produtores, valorizando o território, bens e produtos?

A primeira necessidade tem a ver com a conceção do próprio programa e das medidas que o integram. Aquilo que temos procurado arduamente, e sempre em articulação com os representantes dos setores agrícola e florestal, é garantir que as medidas concebidas verificam duas características: que são adaptadas às características dos promotores e investidores a quem se destinam, e que são eficazes no que se refere aos objetivos que se propõem para estes setores para o período 2014-2020. Acresce ainda o cuidado em não inventar o que não é necessário ser inventado, ou seja, aproveitar tudo aquilo que, no âmbito dos Quadros Financeiros anteriores, provou funcionar. A se-

gunda preocupação, que terá que ser uma preocupação constante ao longo dos próximos 7 anos, é a de garantir, como este Governo conseguiu nestes dois anos e meio, que existe dotação suficiente no Orçamento de Estado do Ministério, para fazer face à participação nacional necessária à execução financeira do PDR.

5 – Ano após ano, a floresta nacional enfrenta novos desafios que comprometem a sua sustentabilidade. Incêndios, pragas e doenças têm fragilizado os nossos espaços florestais, que aliados à falta de investimento se encontram cada vez mais ao abandono. A ANEFA considera que o Fundo Florestal Permanente, poderia ter aqui um papel determinante contribuindo verdadeiramente para a criação de novas florestas e para a manutenção das áreas já existentes, no entanto, como é sabido, essas verbas não estão a ser usadas diretamente na Floresta. Em que medida considera importante a afectação deste montante para a floresta?

O Fundo Florestal Permanente (FFP) tem certamente um papel a desempenhar na melhoria das condições da Floresta portuguesa. Não é, no entanto, correto afirmar que essas verbas não estão a ser usadas diretamente na Floresta. Recordo, por exemplo, que o programa de Sapadores Florestais é, todo ele, financiado através do FFP. Os sapadores fazem parte da nossa floresta. Recordo ainda que, por opção e compromisso do Governo anterior e ratificado pelo atual, o Plano de Ação contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), um seriíssimo problema sanitário que afeta parte significativa da nossa floresta, foi também financiado através do FFP.

Nesta matéria, gostaria de dizer que optámos por retirar, já a partir de 2014,

o financiamento ao controle e contenção do NMP do FFP. Ele passa a ser suportado, no que ao Estado diz respeito, por verbas do orçamento do ICNF, e no que aos privados diz respeito, por verbas do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020. Procuramos assim ir libertando as disponibilidades do FFP para outro tipo de projetos mais impactantes na floresta.

Permita-me no entanto corrigir uma afirmação que fez no início da sua pergunta, com a qual não estou de acordo. Não é verdade que a nossa floresta esteja ao abandono. É uma ideia que é necessário combater, e que faz parte das nossas idiossincrasias enquanto povo: gostamos de mostrar tudo o que é mau, mesmo quando isso prejudica claramente o interesse do país, e teimamos a vulgarizar tudo aquilo que de bom se tem feito. É verdade que podemos fazer muito mais pela nossa floresta. Não é verdade que a nossa floresta esteja ao abandono e temos muitos exemplos que contrariam essa posição, e pretendemos demonstrar essa realidade nos próximos meses. Levanto apenas um pouco o véu, aguardemos por janeiro.

6 – Burocracia e legislação que não se coaduna à realidade agrícola e florestal do nosso país, são muitas vezes referenciadas como indicadores do insucesso de uma política agro-florestal. O Código Florestal, revogado mesmo antes da sua aplicação, baseou-se exatamente na urgência de ajustamento de leis e da auscultação dos agentes para uma efetiva análise das necessidades do sector. O que está a ser feito neste sentido?

O código florestal foi revogado, aliás sem grande celeuma e com o acordo das forças políticas que lhe deram origem, por se ter verificado a sua inadequação. Constituiu, no entanto, um



Especialistas em INCENTIVOS para a AGRICULTURA, AGRO-INDÚSTRIA e FLORESTA desde 1990.

Rua D. Lopo de Almeida Lote: 81 - 3.º. Bto
2200 281 Abrantes
tel. 241 366 806 fax. 241 366 850
www.gestiverde.pt

trabalho importante de reflexão e estudo dos diplomas que incidem sobre a floresta, do qual tanto este como os próximos governos (e, portanto, a floresta e o país) podem e estão a tirar partido.

A opção deste governo, em matéria de espinha dorsal da legislação florestal tem sido bem clara. Em primeiro lugar atualizar, com base no maior consenso possível, os principais instrumentos de política que careçam de revisão. São exemplo disso a Estratégia Nacional para as Florestas (com revisão praticamente concluída) e os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (cuja portaria que dá início à sua revisão foi assinada neste mês de dezembro).

Em segundo lugar, consolidar de forma articulada e consistente, uma política de sanidade florestal que nos permita a todos agir de forma integrada na diminuição deste fator de risco que vem roubando valor à floresta. A este propósito está concluído o Programa Operacional para a Sanidade Florestal, que será em janeiro discutido com o setor, antes de ser formalmente aprovado. Portugal passará, assim, a dispor de um instrumento valiosíssimo de política, que nos confira eficácia nas ações de controle e combate a doenças e pragas mas que não esqueça a necessidade de atuar por antecipação em relação a ameaças fitossanitárias que podem vir do exterior (doenças e pragas que ainda não existem no país). Não tenho dúvidas que uma parte dos problemas que a nossa floresta enfrenta (desde o NMP ao gorgulho do eucalipto, passando pela cobrilha do sobreiro) poderiam ter sido minorados se um instrumento como este que agora propomos existisse há mais tempo.

Em terceiro lugar, um empenho muito grande na simplificação e transparência de procedimentos associados à Floresta. Disso é exemplo o Regime Jurídico das Ações de Arborização e Rearborização, aprovado pelo Governo e que entrou em vigor em outubro passado. Hoje, qualquer promotor que queira investir na Floresta através de ações de arborização ou rearborização sabe exatamente o que tem que fazer,

e tem apenas que bater a uma porta: a do ICNF, enquanto autoridade florestal nacional. Em paralelo, e pela primeira vez no nosso país, passaremos a ter um conhecimento detalhado, dia-a-dia, dos investimentos de que é alvo a nossa floresta. A alteração da legislação regulamentadora das Zonas de Intervenção Florestal segue igualmente este fio condutor.

Finalmente, uma linha de ação que, não tendo apenas a ver com a floresta, irá combater de forma ativa a questão do abandono. Refiro-me à legislação da Bolsa de Terras, que inclui a legislação recentemente aprovada sobre as Terras do Estado, bem como a proposta de Lei que seguirá em breve para o Parlamento, sobre as “terras sem dono conhecido e sem uso agrícola, florestal ou silvopastoril”.

Existem outras ações, como por exemplo as questões ligadas à fiscalidade, que estamos a trabalhar em conjunto com o ministério das finanças, e que esperamos possam vir a dar um contributo precioso para a melhoria da nossa floresta. Também a revisão da legislação sobre estruturação fundiária está em cima da mesa.

Tudo isto visa um objetivo simples e claro: criar condições para que o valor gerado pela floresta aumente. Conseguir-lo-emos facilitando o investimento (PDR, FFP e fiscalidade), contribuindo para o aumento da dimensão da unidade de gestão florestal (Bolsa de Terras, fiscalidade, e estruturação fundiária), desburocratizando e clarificando procedimentos (RJAAR, ZIF) e diminuindo os riscos que atualmente caracterizam a atividade das fileiras de base florestal (POSF e legislação de DFCI).

7 - Antagónica e incompreensivelmente a todas as demais exigências, o sector florestal continua nos dias de hoje, sem enquadramento específico para a realização das suas atividades. A inexistência de um alvará não só desacredita as profissões associadas, como lhes confere erroneamente uma falta de especialização e capacidade técnica. Na Sua opinião, o que impede a criação deste alvará?

A criação do alvará que refere está nes-

te momento dificultada por exigências da troika, com a qual assinámos um MoU que aponta para a desregulamentação de profissões. No entanto, e todos estamos empenhados nisso, a troika deverá sair de Portugal dentro de poucos meses. Proponho que revisitemos a questão nessa altura, pois estou consciente das limitações que impendem sobre muitos prestadores de serviços florestais.

8 - A ANEFA sempre defendeu que a modernização do mundo rural passa pelo recurso a empresas prestadoras de serviços, providas de capacidade técnica para responder aos diferentes desafios, à semelhança do que já hoje acontece na maior parte dos países comunitários, permitindo dessa forma uma maior racionalidade na utilização dos recursos e garantindo uma maior produtividade. O que poderão esperar as empresas deste novo Programa de Desenvolvimento Rural?

As fileiras florestais em Portugal têm uma estrutura muito característica, na qual os prestadores de serviços desempenham um papel essencial, tanto a nível técnico, como logístico e mesmo de gestão. São hoje, e serão no futuro, uma peça essencial para o desenvolvimento do setor. No desenho e conteúdo que estamos a desenvolver para o próximo PDR, como a ANEFA bem sabe, pois tem sido ouvida por nós em paralelo com os restantes agentes do setor, estes prestadores de serviço são largamente contemplados.

Dou-lhe um exemplo: o apoio à criação, ao abrigo do FEADER, de organizações de produtores florestais, com objetivos estritos de agregação da oferta e comercialização dos produtos florestais, que estarão pela primeira vez previstos no nosso PDR, prevê a possibilidade (que eu diria que na maior parte das vezes é uma necessidade) de os prestadores de serviço as integrarem em conjunto com os produtores. Penso que este é um sinal evidente da importância dada a este grupo de agentes económicos e do reconhecimento que nós conferimos a estes agentes. 🌱



JOHN DEERE



nokian
HEAVY TYRES



 **PINTO & CRUZ** Motores e Equipamentos
www.pintocruz.pt • 707 225 500

“Da comunicação” ANEFA na defesa e promoção dos seus associados



Pellets a mais ou floresta a menos?

A INDÚSTRIA DE PELLETS de madeira é uma realidade que veio para ficar. Resultado de uma procura conscienciosa da Europa, em reduzir a sua dependência de combustíveis fósseis e atenuar as emissões de CO2. Milhões de toneladas de pellets são produzidos anualmente, fazendo deste, um negócio emergente e uma oportunidade de revitalizar o sector florestal em todo o Mundo.

Notícias recentes apontam o Reino Unido como um dos principais países consumidores de pellets, tendo sido responsável em 2012, pela importação de mais de 1,5 milhões de toneladas provenientes do Canadá e 1,7 milhões de toneladas de pellets dos Estados Unidos, correspondendo a um histórico aumento de 50% das exportações deste produto, no continente Norte Americano.

Portugal não é indiferente a este mercado, e nos últimos anos, a sua produção atingiu valores estrondosos que contribuíram para o impulso da economia associada do sector florestal. Os dados apontam para uma produção nacional anual de cerca de 700.000 toneladas de pellets, e o futuro indica um crescimento substancial, quer ao nível do consumo interno (que actualmente se fixa nos 12%), mas sobretudo face ao comércio internacional associado a este produto. Lembramos que apenas recentemente se começaram a instalar em Portugal sistemas de aquecimento que utilizam este produto, com grandes

vantagens ao nível da poupança de energia.

A ANEFA considera que esta pode ser a oportunidade que o sector florestal há tanto esperava. Em primeiro lugar, porque constituiu no último ano a “salvação” da cadeia de produção de rolaria de pinho, já que 80% da produção de pellets provem da utilização do pinheiro bravo, que, como é sabido, continua a ser fortemente abalado com a doença do Nemátodo da Madeira do Pinheiro associado à falta de escoamento das serrações. Por outro lado, porque terá de obrigar a uma estratégia de sustentabilidade entre o sector industrial e a produção.

Ao contrário do que já se aponta como solução para o mercado das pellets em Portugal, com a limitação da ins-

talação de novas fábricas de pellets, a ANEFA considera que a questão fundamental está na disponibilidade de matéria-prima para o efeito. Assim, em vez de se tentar limitar a produção industrial, que nos parece um contrassenso, quando se sabe que a produção de pellets a nível nacional se encontra praticamente vendida na sua totalidade até Maio de 2014 e que todos os indicadores internacionais apontam para um maior consumo ao nível da Europa nos próximos anos, Portugal deve apostar prioritariamente em acções de arborização e melhoria dos povoamentos existentes, incentivando ao investimento à florestação nacional, em particular do pinheiro bravo, constituindo no nosso entender, uma óptima oportunidade para reavivar esta fileira. Mesmo no nosso país a utilização deste tipo de produto ainda está no início, e por isso limitar a sua produção, quando a mesma contribui para um aumento da racionalidade da utilização de soluções energéticas constitui um retrocesso na política energética que se pretende implementar com claras vantagens do ponto de vista ambiental. 

Lisboa, 12 de Agosto de 2013
ANEFA



Formação profissional vedada às empresas agroflorestais

CONSIDERADO FUNDAMENTAL para o desenvolvimento da economia nacional, o sector primário é igualmente

um pilar social incontornável, pelo que a valorização deste sector deve ser prioritária.

Foi com enorme satisfação que ouvimos as declarações do Ministério da Agricultura e do Mar, que na passada semana, reconheceu que "os trabalhos de prevenção estrutural na floresta são trabalhos qualificados que envolvem especialização".

Atualmente é reconhecida a importância das profissões associadas ao Mundo Rural, e as vantagens da qualificação e capacitação dos recursos humanos afetos. São estes profissionais que integram a maioria das PME's nacionais, criando neste contexto 99% do tecido empresarial e sendo responsáveis por 59% do emprego industrial e 69% dos serviços. O sector agro-florestal segue esta tendência, mas é apontado frequentemente pela sua falta de

formação profissional ou de extensão rural.

Esta falta de qualificação, reflete-se muitas vezes na baixa rentabilidade da atividade e em inúmeros acidentes de trabalho. Assim, diagnosticou-se as candidaturas ao POPH, como uma oportunidade de capacitar o potencial humano, e garantir mão-de-obra especializada a este sector. É no entanto com algum constrangimento que vemos estas candidaturas preteridas, demonstrando uma clara falha de actuação entre a tutela e as necessidades e exigências do sector. Se por um lado, o Governo admite a necessidade de qualificação dos trabalhos associados ao Mundo Rural e sua especialização, por outro, restringe o financiamento à formação

para estes sectores, e continua sem enquadrar as profissões associadas, anulando a criação de um alvará que classifique os prestadores de serviços quanto à sua capacidade técnica. Numa altura em que tanto se fala na aposta na requalificação do potencial humano e na prevenção de acidentes de trabalho, a ANEFA considera que a formação profissional deve estar ao alcance de todos, contribuindo para um sector mais qualificado e apto aos novos desafios do Mundo Rural, pelo que a Associação irá contestar todas as decisões de indeferimento que estejam a ser emitidas sobre os Programas de Formação Acção a que se candidatou. 

Lisboa, 23 de Setembro de 2013
ANEFA

Concorrência desleal é mais um entrave ao desenvolvimento do sector florestal



TODOS SABEMOS o papel fundamental que as pequenas, médias e microempresas têm na economia nacional e europeia, criando neste contexto 99% do tecido empresarial e responsáveis por 59% do emprego industrial e 69% nos serviços.

Em conformidade com os restantes países do Sul da Europa, Portugal é um dos países onde as PME e em particular as microempresas, mais contribuem para a criação de postos de trabalho, assumindo-se assim o valor indiscutível que estas estruturas detêm perante o Estado.

A criação e manutenção de emprego, a consolidação de investimento duradouro e a geração e perduração de riqueza privada, geram no seu conjunto riqueza nacional, sendo esse um factor preponderante para a economia portuguesa.

Mas, apesar desta importância, as PME

Para o desenvolvimento das actividades dos seus associados, a ANEFA estabeleceu diversos protocolos de parceria com as seguintes entidades

 AZ ANALISES QUÍMICAS Análise de solos, águas, matéria vegetal, etc.	 altriflorestal Comercialização de semente de eucalipto	 CLINAE SHST Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho	 DECISÕES SOLUÇÕES Serviços de consultoria financeira
 Comercialização de rede insecticida para o transporte de madeira de coníferas hospedeiras do NMP	 KEY FORMAÇÃO Formação em Comercial, Contabilidade, Finanças, Informática na óptica do utilizador, Línguas, Marketing, Secretariado	 Análises laboratoriais relativas ao Cancro Resinoso do Pinheiro	 makewise Produtos & Serviços - solução de recolha de dados para o sector florestal
 N R Fornecimento de gasóleo agrícola	 ONTIR EUROPE Plataforma de bolsas de cargas e transporte	 RUI PENHA Serviços de consultoria e estudos de âmbito sócio-organizacional e de gestão da formação	 ROSETE Soluções de formação de análise de dados tacográficos e consultoria técnica especializada
 SATIVA Gestão da Qualidade ISO 9001, Gestão Ambiental ISO 14001, Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho ISO 18001, Gestão Florestal Responsável / Cadeia de Custódia FSC e PEFC	 serrat Equipamentos agrícolas e florestais, espaços verdes, biomassa e obras públicas	 etnik Formação em Jardinagem, Silvicultura, Protecção do Ambiente e Segurança e Higiene no Trabalho	 syngenta Fungicidas, Herbicidas, Insecticidas, Nutrientes e Aconselhamento técnico e comercial
 ZEOCEL Comércio de zeólitas, alumino silicatos cristalinos hidratados de metais alcalinos e alcalinos terrosos			

Mais informação em www.anefa.pt - parcerias

não têm a “vida facilitada”. Impostos, TSU, descontos para a segurança social, seguros, são um pequeno exemplo dos encargos a que estão sujeitas, sem que no entanto tenham um apoio efectivo do Estado para o seu desenvolvimento. Apoio às empresas? Sim há, mas há muito que é reclamada a adequação das ajudas à realidade do tecido empresarial e a desburocratização e desbloqueios financeiros, que as impede de usufruírem dessas mesmas ajudas. Sendo este um facto por si só constrangedor, continuamos a assistir a uma “guerra aberta” entre empresas e Organizações de Produtores Florestais, onde prolifera uma concorrência desleal ao mais alto nível, sustentada pelo próprio Estado.

As Organizações de Produtores Florestais, financiadas pela Tutela, têm na sua génese o objectivo de realizar a chamada “extensão florestal”, aconselhando e sensibilizando produtores e proprietários para uma correcta gestão florestal, no entanto, o que se observa na sua maioria, é que estas Estruturas prestam serviços como se duma empresa se tratasse.

A questão é que as OPF's não estão sujeitas à carga fiscal aplicada às empresas, e utilizando recursos humanos custeados pelo Estado, como é o caso das equipas de sapadores, que deveriam cingir-se ao serviço público, acabam por entrar em concorrência directa com as empresas, desvirtuando por completo o mercado.

Como é possível continuar-se a criar barreiras às PME quando estas são responsáveis por gerar riqueza e investimento local. Como é possível que Estruturas financiadas, e supostamente sem fins lucrativos, estejam a operar como se fossem operadores económicos, praticando preços abaixo do mercado?

Estas são de facto algumas das questões que a ANEFA continua a colocar, e com as quais não pode jamais compactuar, pelo que, como representante dos prestadores de serviços ao Mundo Rural, se encontra a preparar uma queixa dirigida à Secretaria de Estado e à própria Autoridade da Concorrência. 

Lisboa, 15 de Outubro de 2013
ANEFA

Pinto & Cruz é o novo representante dos “gigantes florestais”

A PINTO & CRUZ - Motores e Equipamentos, Lda., lançou-se num novo desafio, e integra agora a representação de marcas como a John Deere Forestry e a Dutch Dragon.

Fundada em 1935, a empresa Pinto & Cruz tem vindo ampliar a sua gama de produtos e serviços, tendo continuamente o objectivo de liderar o mercado em que actua através da oferta das melhores soluções, em venda e assistência de equipamentos para a movimentação de cargas, energia, agricultura, floresta e jardim.

Ao longo da sua história com mais de 75 anos a empresa foi-se modernizando e incrementando diversas áreas de atividade, que de certa forma foram completando os serviços que prestava, e foi neste pressuposto que uma vez mais apostou no sector florestal.

A prestigiada marca John Deere Forestry, e os seus equipamentos de grandes dimensões, como autocarregadores, processadoras e estilhaçadores de grande porte, passa assim a fazer parte do vasto leque de marcas que a Pinto & Cruz disponibiliza aos seus clientes em Portugal.



FORWARDERS (AUTOCARREGADORAS)

Os autocarregadores John Deere são potentes, fiáveis e eficientes.

Existem 6 modelos disponíveis, adequados para terrenos difíceis e longas distâncias com capacidades de carga entre 9 a 19 Ton de acordo com o modelo pretendido.

HARVESTER (PROCESSADOR FLORESTAL)

Os processadores John Deere podem ser

fornecidos com vários tipos de comprimento de lança e cabeça processadora adequada ao tipo de trabalho a efetuar.



Todos os 4 modelos disponíveis oferecem uma ergonomia inigualável, assim como excepcional mobilidade.

SKIDDERS (ARRASTADOR FLORESTAL)



Os arrastadores John Deere providos de pinça e/ou guincho têm o que é preciso para retirar a madeira com mais produtividade e confiança.

Vários modelos de diferentes potências estão disponíveis para satisfazer qualquer tipo de requisito.

A complementaridade de serviços é também uma preocupação da Pinto & Cruz, levando a empresa a apostar igualmente na representação nacional da marca WARATAH, conhecida pelo fabrico de cabeças processadoras de última série, bem como da NOKIAN, nome de referência em pneus destinados a equipamento florestal.

Apesar do período crítico que a economia nacional atravessa, e nomeadamente o sector florestal, a Pinto & Cruz acredita que este é um sector susceptível de desenvolvimento, sendo para isso necessário ultrapassar alguns constrangimentos afectos ao sector, como sendo a falta de ordenamento e baixa produtivi-

vidade associada em grande parte a um parque de máquinas obsoleto e à falta de investimento.

Determinada em apoiar a construção de um sector florestal mais forte, a Pinto & Cruz acredita que a for-

mação dos operadores de máquinas florestais é fundamental, bem como o desenvolvimento de soluções mais eficazes de exploração florestal, especificamente para as operações de corte e recarga de material lenhoso,

questões onde está empenhada em encontrar resultados. 

Pinto & Cruz - Motores e Equipamento Lda.
Rua Engenheiro Ferreira Dias 469
4103-801 Porto
707 225 500
www.pintocruz.pt

Barloworld STET representa SULLAIR

PIONEIRA na utilização da tecnologia de parafuso e com mais de 50 anos de experiência, a Sullair chega agora a Portugal representada pela Barloworld STET e apoiada pela sua já conhecida rede comercial e de pós venda.

A Sullair é um dos principais fabricantes mundiais de compressores de parafuso disponibilizando uma vasta gama de equipamentos portáteis a diesel e industriais elétricos, com soluções para qualquer que seja a aplicação, na Construção, em Hospitais, Data Center, Indústria, Agricultura e sempre que haja uma necessidade crítica de ar comprimido.

Líder na indústria desde 1965, a Sullair usa sua experiência para fornecer soluções fiáveis e robustas de ar comprimido. Em 1968, depois de consolidar a sua presença no mercado dos equipamentos portáteis, apresentou a sua gama de soluções industriais o que

fez com que atualmente seja um dos principais fornecedores globais de soluções em ar comprimido.

Com unidades fabris em três continentes, América, Ásia e Oceânia e uma rede de distribuição mundial, a Sullair dá hoje o apoio necessário aos seus Clientes em todo o mundo.

A Sullair através da Barloworld STET

surge agora mais próxima dos mercados onde o Grupo Barloworld opera, na Ibéria, Rússia e África, onde detem uma vasta rede de distribuição e de assistência técnica.

Possui uma visão focalizada no acompanhamento do Cliente e das suas operações através de soluções de financiamento à medida, disponibilidade inigualável de consumíveis, serviços de logística, transporte, otimização de carga, comissionamento dos equipamentos e um sólido suporte após venda nos territórios onde actuam. Reduzimos a distância entre a concepção e desenvolvimento da solução até à sua colocação em funcionamento. 



Para mais informações, por favor, contacte:

Carla Pereira

cpereira@stet.pt

Linha de Apoio ao Cliente: 800 206 707

ou apoioclientes@stet.pt



**Barloworld
STET**

CAT



Certificado Conformidade N° 2003/CEP.2088

CAOF - Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais

A COMISSÃO de Acompanhamento para as Operações Florestais (CAOF) tem como atribuição fundamental a criação de uma base de dados de tempos padrão para a realização das operações que abrangem todo o ciclo florestal, nomeadamente a arborização, a manutenção e condução dos povoamentos, a exploração florestal

e a execução de infraestruturas, tendo, neste âmbito, procedido à elaboração de matrizes de referência com os custos máximo e mínimo, para as principais operações manuais, mecânicas e mistas, de (re)arborização e de beneficiação das superfícies florestais.

As matrizes de referência para

2013/2014, atualizadas tendo em conta os aumentos, quer a nível dos encargos fixos ou de propriedade, quer, principalmente, dos encargos variáveis ou de operação, foram homologadas por despacho do Sr Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, a 19 de Dezembro de 2013.

MATRIZ DE (RE)ARBORIZAÇÃO 2013 / 2014

Operações mecânicas

referência : 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Limpeza de mato com corta matos de facas ou correntes	trator agrícola de lagartas	3,0	90	270	65,19	195,57	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 0,5 m de altura	5,0	90	450	65,19	325,95	a) declive > 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50 %. c) vegetação arbustiva com altura > a 1,5 m
Limpeza de mato com corta matos de martelos	trator agrícola de lagartas	4,0	90	360	64,95	259,80	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 1,0 m de altura	7,0	90	630	64,95	454,65	a) declive > 25 % b) % de elementos grosseiros, diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) vegetação arbustiva de altura > a 2,0 m
Limpeza de mato com grade de discos	trator industrial com grade pesada (220 kg/disco)	2,0	140	280	78,54	157,08	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 1,0 m de altura	5,5	140	770	78,54	431,97	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 %. c) vegetação arbustiva com altura > a 2,0 m
Gradagem de vegetação espontânea pouco desenvolvida	trator agrícola de lagartas	1,5	90	135	59,34	89,01	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) vegetação herbácea com altura < a 0,3 m	2,5	90	225	59,34	148,35	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50 %. c) vegetação herbácea com altura > a 0,5 m
Gradagem de destorroamento	trator industrial com grade pesada (220 kg/disco)	1,0	140	140	78,54	78,54	a) declive de 0 a 5 % b) solos com textura argilo-arenosa	1,5	140	210	78,54	117,81	a) declive > a 25 % c) solos com textura argilosa
Ripagem a 3 m com 1 dente, a >= 60cm (*)	trator industrial	2,7	160	432	92,52	249,80	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100mm < a 10 %. c) solos com textura franca	4,0	160	640	92,52	370,08	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50%.
Ripagem a 3 m com 2 dentes, a >= 60 cm (*)		3,3	160	528	92,52	305,32	d) substrato rochoso facilmente desagregável ou horizontes de compacidade reduzida	4,7	160	752	92,52	434,84	c) solos com textura argilosa d) substrato rochoso de difícil desagregação ou horizontes de compacidade elevada
Ripagem a 3 m com 3 dentes, a >= 60 cm (*)		4,0	160	640	92,52	370,08	e) profundidade de ripagem < a 70 cm	6,0	160	960	92,52	555,12	e) profundidade de ripagem >= a 80 cm
Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca	trator industrial	2,0	160	320	92,52	185,04	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10%.	2,5	160	400	92,52	231,30	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50%.
Subsolagem a 3 m com 3 dentes, dos quais os 2 exteriores equipados com aiveca		3,0	160	480	92,52	277,56	c) solos c/ textura franca d) substrato rochoso de fácil desagregação ou horizontes de reduzida compacidade	4,5	160	720	92,52	416,34	c) solos c/textura argilosa d) substrato rochoso de difícil desagregação ou horizontes com elevada compacidade

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo / h	custo / ha	condições de trabalho
Vala e câmara a 3 m com 30 cm de profundidade (**)	1 rego (mínimo), 2 regos com 2 passagens (máximo) com trator agrícola de lagartas	1,5	80	80	48,43	72,65	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) solos com textura franca	3,8	80	200	48,43	181,61	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 %. c) solos com textura argilosa
Vala e câmara a 3 m com 40 cm de profundidade (**)		1,5	100	150	55,28	82,92		4,5	100	450	55,28	248,76	
Vala e câmara a 3 m com 50 cm de profundidade (**)		1,5	120	180	64,93	97,40		5,6	120	666	64,93	360,36	
Lavoura contínua	40 a 50 cm de profundidade, com trator agrícola	3,0	80	240	48,43	145,29	5,0	100	500	48,43	242,15	a) declive > 35 % a 60 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) vegetação espontânea até 0,5m de altura d) n.º de mobilizações localizadas do solo/ha igual ou > 1000	
Abertura de regos de sementeira	trator agrícola	1,0	70	70	42,75	42,75	1,5	70	105	42,75	64,13		
Abertura de covas com broca	1100 covas / ha, com trator agrícola	9,0	80	720	54,75	492,75	18	80	1440	54,75	985,50		
Abertura de covas com retro escavadora	1100 covas / ha, com retro escavadora	18	98	1764	47,30	851,40	36	98	3528	47,30	1702,80	a) declive > 60 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm > a 50 %. c) vegetação espontânea com altura > a 1 m d) n.º de mobilizações localizadas do solo localizadas/ha entre 300 e 600	
Abertura de covas com retroaranga	800 covas / ha, com retroaranga	9	93	837	78,00	702,00	16	93	1488	78,00	1248,00		
Destruição de cepos de eucalipto	escavadora hidráulica de lagartas, equipada com enxó	6,0	150	900	80,79	484,74	a) declive de 0 a 5 % b) densidade de 800 cepos/ha	10,0	150	1500	80,79	807,90	a) declive > a 25 % b) densidade de 1200 cepos/ha



abastena
SOC. ABASTECEDORA DE MADEIRAS, LDA.

A servir a Fileira Florestal desde 1966 !

Abastecimento a toda a Indústria Nacional consumidora de Madeiras redondas. (Pinho e Eucalipto)



Sr. Proprietário Florestal

Deseja

- Obter MAIOR E MELHOR RENDIMENTO das suas MATAS?
- Intear-se das BOAS PRÁTICAS FLORESTAIS?
- Informar-se sobre CERTIFICAÇÃO FLORESTAL?

Dirija-se aos Serviços de Certificação (GGFA), da ABASTENA



Rua Padre Estevão Cabral, 79 – 1º - Sala 104 – 3000-317 Coimbra
Tft: 239 827 953 Tlm: 912 530 033 E-mail: abastena@gmail.com

NÚMERO DE REGOS		PROFUNDIDADE DA VALA E CÔMORO (cm)					
		30		40		50	
		mín	máx	mín	máx	mín	máx
1 (1 passagem)	h / ha	1,5	2,3	1,5	3,0	1,5	3,0
	hp / ha	80	120	100	200	120	240
2 (2 passagens)	h / ha	2,3	3,8	2,3	4,5	2,4	5,6
	hp / ha	120	200	150	300	192	444
2 (1 passagem)	h / ha	1,8	3,0	1,8	3,8	1,8	4,2
	hp / ha	96	160	120	250	144	336

(**) Ripagem - A distância entre passagens é definida tendo como referência ou o dente central ou o eixo da máquina (quando o dente central não esteja presente). No caso de distâncias entre passagens que não sejam de 3 m, os valores dos custos e potências totais indicados para a distância de 3 m são usados como base de partida, pelo que, e no pressuposto de que se verifica uma variação proporcional, os novos valores podem ser encontrados multiplicando os valores que servem de base por um fator de conversão em que o numerador é a distância de 3 m e o denominador a nova distância entre passagens.*

(***) Vala e cômoro - Rendimentos de trabalho e potências necessárias para atingir profundidades de 30, 40 e 50 cms consoante o número de regos e o número de passagens.*

Infraestruturas

referência : 1 km

CAMINHOS	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						condições de trabalho	CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	h / km		hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho	
Abertura de caminhos com valeta	trator industrial	20	160	3200	92,52	1850,40	a) declive transversal de 0 a 5 % b) substrato rochoso facilmente desagregável	70	160	11200	92,52	6476,40	a) declive transversal > a 25 % b) substrato rochoso dificilmente desagregável	
Beneficiação de caminhos à lâmina	trator industrial	10	160	1600	92,52	925,20	a) caminho pouco degradado, sem alargamento	25	160	4000	92,52	2313,00	a) caminho muito degradado, sem alargamento	

ACEIROS	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						condições de trabalho	CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h / km	hp	hp total	custo / h	custo / km	h / km		hp	hp total	custo / h	custo / km	condições de trabalho	
Abertura de aceiros	trator industrial, com grade de discos pesada (220kg / disco)	1,5	140	210	78,54	117,81	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) vegetação herbácea e/ou arbustiva até 1,0 m de altura	4,0	140	560	78,54	314,16	a) declive > a 25% b) % de elementos grosseiros com diâmetro > a 100mm > a 50 %. c) vegetação arbustiva com altura > a 2,0 m	
Beneficiação de aceiros	trator industrial, com grade de discos pesada (220kg / disco)	1,5	140	210	78,54	117,81	a) declive de 0 a 5 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100 mm < a 10 %. c) vegetação herbácea e/ou arbustiva com altura < a 0,3 m	2,0	140	280	78,54	157,08	a) declive > a 25 % b) % de elementos grosseiros, com diâmetro > a 100mm > a 50 %. c) vegetação herbácea e/ou arbustiva com altura > a 0,5 m	

referência : 1m3

PONTOS DE ÁGUA	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)		CUSTO MÁXIMO (Euros)	
		valor / m3	condições de trabalho	valor / m3	condições de trabalho
Abertura de charcas	m3 de volume escavado em bancada natural	1,06	a) substrato rochoso facilmente desagregável	1,78	a) substrato rochoso dificilmente desagregável
Construção de barragens de terra	m3 de aterro compactado	1,42	a) material de empréstimo existente no local ou a uma distância < a 50 m	2,13	a) material de empréstimo existente a uma distância > 300 m e < a 400 m do local

Operações manuais

referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho
Plantação de resinosas e folhosas em contentor	250	58,51	0,23	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100mm < a 10 % c) volume do contentor < a 150 cc	150	58,51	0,39	a) declive > 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) volume do contentor > a 250 cc
Plantação de folhosas de raiz nua	125	58,51	0,47	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100mm < a 10 % c) plantas com altura < a 50 cm	100	58,51	0,59	a) declive > 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) plantas com altura > a 120 cm
Sacha e amontoa	300	58,51	0,20		200	58,51	0,29	
Adução	650	58,51	0,09	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10 %	550	58,51	0,11	a) declive > a 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 %
Colocação de protetores individuais de plantas com tutores	200	58,51	0,29		150	58,51	0,39	
Sementeira ao covacho	300	58,51	0,20		250	58,51	0,23	
Abertura manual de covas (30 x 30 x 30 cm)	150	58,51	0,39	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10 % c) solos com textura franca	80	58,51	0,73	a) declive > a 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) solos com textura argilosa
Abertura manual de covas (40 x 40 x 40 cm)	70	58,51	0,84	d) substrato rochoso facilmente desagregável, ou horizontes com compacidade reduzida	40	58,51	1,46	d) substrato rochoso dificilmente desagregável, ou horizontes com compacidade elevada

Outras operações manuais

referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna (*)	custo/un.	condições de trabalho
Marcação e piquetagem	0,5	58,51	29,255	a) declive de 0 a 5 % b) vegetação herbácea com altura < a 30 cm c) densidade < a 500 plantas por hectare	2	58,51	117,02	a) declive > a 25 % b) vegetação arbustiva com altura > a 100 cm (**) c) densidade > a 1000 plantas por hectare

Operação mista

referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
	jorna/un.	jorna (*)	custo/ha	condições de trabalho	jorna/un.	jorna (*)	custo/ha	condições de trabalho
Limpeza de matos com motorroçadora, para arborização incluindo a máquina	4	95,84	383,36	a) declive de 0 a 5 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm < a 10 % c) vegetação herbácea e arbustiva com altura < a 50 cm	12	95,84	1150,08	a) declive > a 25 % b) percentagem de elementos grosseiros com diâmetro > a 100 mm > a 50 % c) vegetação arbustiva com altura > a 150 cm

(*) o valor da jorna inclui o transporte, para uma distância média de 120km de ida e volta, com o custo de 0,132 €/km / pessoa

NOTA: PARA PARCELAS INFERIORES A 10 HECTARES CONSIDERA-SE UM ACRÉSCIMO NOS CUSTOS DE 3% POR CADA HECTARE A MENOS

FORMULA DE CÁLCULO PARA O VALOR ESTIMADO DE TEMPO DE TRABALHO E/OU DE RENDIMENTO DE TRABALHO

$$Vet = Vtt + n/N \times Dtt$$

$$Ver = Vrt - n/N \times Drt$$

legenda:

Vet - valor estimado do tempo de trabalho para as condições presentes no terreno

Ver - valor estimado do rendimento de trabalho para as condições presentes no terreno

Vtt - valor do tempo de trabalho referente ao custo mínimo da operação

Vrt - valor do rendimento de trabalho referente ao custo mínimo da operação

n - número de graus de dificuldade presentes no terreno, além das condições fáceis

N - número de graus de dificuldade possíveis além das condições fáceis (cada parâmetro das condições de trabalho possui dois graus de dificuldade)

Dtt - diferença entre tempos de trabalho das condições do custo mínimo e máximo

Drt - diferença entre rendimentos de trabalho das condições do custo mínimo e máximo

EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA FORMULA DE CALCULO PARA O VALOR ESTIMADO DE TEMPOS DE TRABALHO E / OU DE RENDIMENTOS DE TRABALHO**OPERAÇÃO MECÂNICA**

TIPO DE OPERAÇÃO

LIMPEZA DE MATO COM CORTA MATOS DE MARTELOS

CONDIÇÕES DE TRABALHO

- a) declive de 4% (fácil, grau de dificuldade 0)
 b) grau de pedregosidade de 30% (intermédia, grau de dificuldade 1)
 c) vegetação arbustiva com 2 m de altura (difícil, grau de dificuldade 2)

CALCULO DO VALOR ESTIMADO DO TEMPO DE TRABALHO

Vtt (tempo de trabalho referente ao custo mínimo)	4 h / ha
n (Número de graus de dificuldade presentes no terreno, além das condições fáceis)	3
N (Número de graus de dificuldade possíveis, além das condições fáceis)	6
Dtt (diferença entre tempos de trabalho das condições de custo máximo e mínimo)	3
Vet (valor estimado do tempo de trabalho) = $Vtt + (n/N \times Dtt)$	
Vet = $4 + (3/6 \times 3) = 5,5$ h / ha	

OPERAÇÃO MANUAL

TIPO DE OPERAÇÃO

ABERTURA MANUAL DE COVAS

CONDIÇÕES DE TRABALHO

- a) declive de 20% (intermédia, grau de dificuldade 1)
 b) grau de pedregosidade de 15% (intermédia, grau de dificuldade 1)
 c) textura argilosa (difícil, grau de dificuldade 2)
 d) substrato com reduzida compacidade (fácil, grau de dificuldade 0)

CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO DO RENDIMENTO DE TRABALHO

Vrt (valor do rendimento de trabalho referente ao custo mínimo)	150 un./jorna
n (Número de graus de dificuldade presentes no terreno, além das condições fáceis)	4
N (Número de graus de dificuldade possíveis, além das condições fáceis)	8
Drt (diferença entre rendimentos de trabalho das condições de custo mínimo e máximo)	70
Ver (valor estimado do rendimento de trabalho) = $Vrt - (n/N \times Drt)$	
Ver = $150 - (4/8 \times 70) = 115$ un./jorna	



Com confiança e seriedade ao seu lado no sector agro-florestal alentejano desde 1986

Consultoria e Projectos

- Elaboração, execução e acompanhamento de projectos florestais e agrícolas;
- Planos de gestão florestal (PGF);
- Planos de gestão de Biodiversidade;
- Avaliações e partilhas;
- Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e cartografia Digital.

Serviços

- Arborização de terras agrícolas e rearborização de áreas incultas e ardidas;
- Beneficiação de espaços florestais; Fertilizações, desbastes, limpezas de mato, destramações e podas de formação;
- Beneficiação de infra-estruturas Agro-florestais; caminhos, aceiros e pontos de águas;
- Regularização de linhas de água.

www.otrevo.pt

Sede: Rua Fernando Namora, n.º 28 · 1.º Dt - 7800.502 Beja
 (t) 284 325 962 (f) 284 318 365

MATRIZ DE BENEFICIAÇÃO 2013/2014

Operações manuais

referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho
Rolagem	mão de obra indiferenciada	300	58,51	0,20	a) declive de 0 a 5% b) nº de plantas a rolar/ha > a 100 c) diâmetro dos caules na base < a 2,5 cm	150	58,51	0,39	a) declive > a 25% b) nº de plantas a rolar/ha < a 50 c) diâmetro dos caules na base > a 5 cm
Podas de formação	mão de obra especializada árvores jovens	150	67,48	0,45	a) declive de 0 a 5% b) circunferência à altura do peito (CAP) < a 15 cm	60	67,48	1,12	a) declive > a 25% b) circunferência à altura do peito (CAP) > a 30 cm
Desramação	mão de obra especializada árvores jovens	230	67,48	0,29	a) declive de 0 a 5% b) altura de desramação < a 1,5 m c) diâmetro dos ramos no colo < a 1,5 cm	60	67,48	1,12	a) declive > a 25% b) altura de desramação > a 3,0 m c) diâmetro dos ramos no colo > a 3,0 cm
Sacha e amontoa	mão de obra indiferenciada	300	58,51	0,20	a) declive de 0 a 5% b) grau de pedregosidade < a 10%	200	58,51	0,29	a) declive > a 25% b) grau de pedregosidade > a 50%
Recolha e queima de resíduos provenientes das podas sanitárias	mão de obra indiferenciada	30	58,51	1,95	a) declive de 0 a 5% b) % da copa infectada < a 20% c) diâmetro da projecção da copa < a 5,0 m	10	58,51	5,85	a) declive > a 25% b) % da copa afectada > a 50% c) diâmetro da projecção da copa > a 9,0 m

Outras operações manuais

referência: unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho
Seleção de árvores de futuro	mão de obra indiferenciada	0,5	93,47	46,74	a) declive de 0 a 5% b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h < a 0,8 m c) nº de árvores a seleccionar por ha < a 200	1,5	93,47	140,21	a) declive > a 25% b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h > a 1,5 m c) nº de árvores a seleccionar por ha > a 350
Sinalização da regeneração natural	mão de obra especializada árvores jovens	0,5	58,51	29,26	a) declive de 0 a 5% b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h < a 0,8 m c) nº de árvores a sinalizar por ha < a 100	2	58,51	117,02	a) declive > a 25% b) vegetação herbácea e/ou arbustiva com h > a 1,5 m c) nº de árvores a sinalizar por ha > a 250
Controlo das plantas lenhosas invasoras (pinçagem)*	mão de obra indiferenciada para densidades < a 3000 plantas invasoras/ha, a área a intervir deve ser calculada referenciando-a a esta densidade - árvores jovens	3	58,51	175,53	a) declive de 0 a 5% b) nº de plantas lenhosas invasoras / ha < a 10 000	6	58,51	351,06	a) declive > a 25% b) nº de plantas lenhosas invasoras / ha > a 20 000
Fogo controlado	trabalho especializado (técnico superior) não inclui a elaboração dos planos de fogo controlado e dos planos de queima, nem a abertura de faixas de contenção	1	93,47	93,47	Povoamentos a) declive de 0 a 5% b) área > a 4 hectares c) carga combustível < a 12 t/ha	5	93,47	467,35	Povoamentos a) declive > a 25% b) área < a 2 hectares c) carga combustível > a 12 t/ha
		1	93,47	93,47	Matos a) declive de 0 a 5% b) área > a 6 hectares	4	93,47	373,88	Matos a) declive > a 25% b) área < a 2 hectares

Operações mistas

referência : 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho
Controlo da vegetação espontânea na linha ou de forma localizada	mão de obra indiferenciada	0,50	95,84	47,92	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h < a 0,5 m d) nº de linhas/ha < a 15 ou área a intervir < a 15%	6	95,84	575,04	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h > a 1,5 m d) nº de linhas/ha > a 25 ou área intervir > a 25%
Controlo da vegetação espontânea total	mão de obra especializada, incluindo equipamento	4	95,84	383,36	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h < a 0,5 m	60	95,84	5750,40	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h > a 1,5 m
Controlo das plantas lenhosas invasoras (corte)	mão de obra especializada incluindo equipamento para densidades < a 3000 plantas invasoras/ha a área a intervir deve ser calculada referenciando-a a esta densidade - árvores jovens	3	95,84	287,52	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) plantas invasoras c/ h < a 0,5 m d) nº de plantas invasoras/ha > a 10 000	6	95,84	575,04	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) plantas invasoras c/ h > a 1,5 m d) nº de plantas invasoras/ha > a 20 000
Controlo de densidade excessiva	mão de obra especializada, incluindo equipamento - árvores jovens	1	95,84	95,84	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h < a 0,5 m d) nº de plantas/ha < a 3 000 e) plantas c/ h < a 1 m	12	95,84	1150,08	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) vegetação herbácea e/ou arbustiva c/ h > a 1,5 m d) nº de plantas/ha > a 10 000 e) plantas c/ h > a 2 m

O HOMEM PASSA, MAS A FLORESTA FICA.

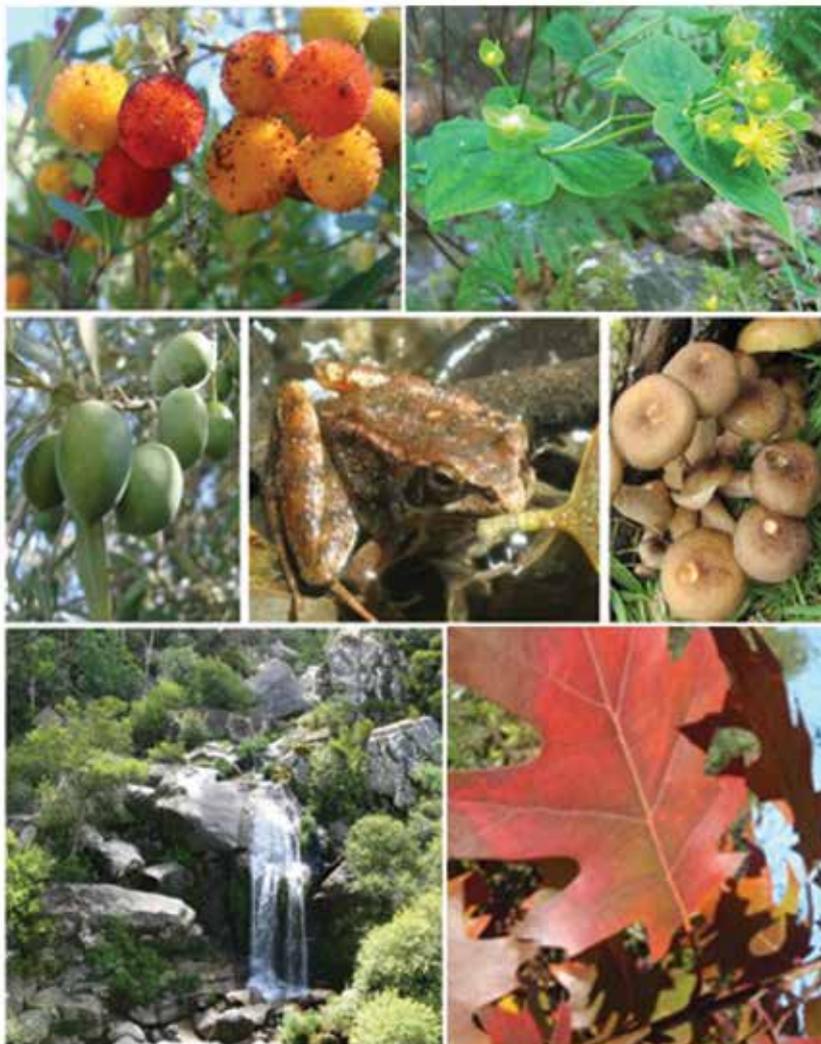
Na floresta, respeite a biodiversidade.
Contribua para a preservação dos habitats.
Promova a boa conservação dos caminhos.
Cumpra as boas práticas florestais.
Denuncie crimes ambientais e atos de vandalismo.

www.unimadeiras.pt

Unimadeiras®

 A Floresta é a nossa Vida
Desde 1974

Unifloresta®
A Qualidade faz-se em Grupo
Desde 2008

Unigrupo®
Floresta em Ação
Desde 2012


Outras operações mistas

referência:unidade

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)				CUSTO MÁXIMO (Euros)			
		un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho	un./jorna	jorna	custo/un.	condições de trabalho
Poda de formação	mão de obra especializada, incluindo equipamento	150	95,84	0,64	a) declive de 0 a 5 % b) circunferência à altura do peito (CAP) < 25cm	60	95,84	1,60	a) declive > a 25 % b) circunferência à altura do peito (CAP) > a 50 cm
Desramação	mão de obra especializada árvores jovens	230	95,84	0,42	a) declive de 0 a 5 % b) altura de desramação < 1,5m c) diâmetro dos ramos no colo < a 3 cm	60	95,84	1,60	a) declive > a 25 % b) altura de desramação > a 3 m c) diâmetro dos ramos no colo > a 5 cm
Poda sanitária	mão de obra especializada, incluindo equipamento	40	95,84	2,40	a) declive de 0 a 5 % b) % da copa afectada < a 20% c) diâmetro de projecção da copa < a 5 m	20	95,84	4,79	a) declive > a 25 % b) % da copa afectada > a 50% c) diâmetro de projecção da copa > a 9 m
Seleccção de varas de eucalipto	mão de obra especializada, incluindo equipamento	600	95,84	0,16	a) declive de 0 a 5 % b) nº de varas / toíça < a 5 c) idade das varas até 3 anos d) vegetação herbácea e/ ou arbustiva com altura até 40 cm	250	95,84	0,38	a) declive > a 20 % b) nº de varas / toíça > a 7 c) idade das varas > a 4 anos d) vegetação herbácea e/ ou arbustiva com altura > a 80 cm
Colocação de armadilhas para o Monochamus (não incluindo monitorização)	técnico superior e mão de obra indiferenciada	20	151,98	7,60	a) declive de 0 a 5 % b) proximidade entre locais c) bons acessos d) árvores próximas dos caminhos e) povoamentos limpos	5	151,98	30,40	a) declive > a 20 % b) locais afastados uns dos outros c) maus acessos d) árvores distantes dos caminhos e) povoamentos com mato
Redução de densidade em povoamentos de folhosas, medianamente desenvolvidos (> 8 anos)	mão de obra especializada, incluindo equipamento	200	95,84	0,48		120	95,84	0,80	
Redução de densidade em povoamentos de pinheiro manso, medianamente desenvolvidos (> 8 anos)	mão de obra especializada, incluindo equipamento	150	95,84	0,64	b) grau de pedregosidade < a 10 % c) circunferência à altura do peito (CAP) < a 25 cm	100	95,84	0,96	b) grau de pedregosidade > a 50 % c) circunferência à altura do peito (CAP) > a 50cm
Redução de densidade em povoamentos de outras resinosas, medianamente desenvolvidos (> 8 anos)	mão de obra especializada, incluindo equipamento	250	95,84	0,38		200	95,84	0,48	

Operações mecânicas

referência: 1 hectare

TIPO DE OPERAÇÃO	OBSERVAÇÕES	CUSTO MÍNIMO (Euros)						CUSTO MÁXIMO (Euros)					
		h	hp	hp total	custo/h	custo total	condições de trabalho	h	hp	hp total	custo/h	custo total	condições de trabalho
Controlo de vegetação espontânea	trator agrícola de lagartas e grade "offset"	1,5	90	135	59,34	89,01	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10% c) vegetação c/ h < a 0,30m d) nº de entre linhas > a 25/ha ou área a intervir < a 75%	2,50	90	225	59,34	148,35	a) declive > a 25% b) grau de pedregosidade > a 50% c) vegetação c/ h > a 0,50 m d) nº de entre linhas < a 15/ha ou área a intervir > a 85%
Tratamentos fitossanitários	trator agrícola de rodas com tração dupla e pulverizador c/ ventilador de 600 l, não incluindo fitofarmaco	0,5	70	35	51,99	26,00	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10% c) h < a 5 m d) nº de passagens < a 15/ha	1,00	70	70	51,99	51,99	a) declive > a 10% b) grau de pedregosidade < a 50% c) h > a 10 m d) nº de passagens > a 25/ha
Aplicação de adubo total	trator agrícola de rodas com tração dupla e distribuidor centrifugo de adubo, montado, de 600 l, não incluindo adubo	0,42	70	29,4	44,51	18,69	a) declive de 0 a 5 % b) grau de pedregosidade < a 10%	0,75	70	52,5	44,51	33,38	a) declive > a 10% b) grau de pedregosidade > a 50%
	trator agrícola de lagartas e distribuidor centrifugo de adubo, montado, de 600 l, não incluindo adubo	0,47	70	32,9	46,74	21,97	a) declive < a 15 % b) grau de pedregosidade < a 10%	0,84	70	58,8	46,74	39,26	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50%
Aplicação de adubo em linha, em profundidade	trator agrícola de rodas com tração dupla e distribuidor de adubos de sulcos, montado, 600 l 1 ferro	0,63	70	44,1	44,14	27,81	a) declive de 0 a 5% b) grau de pedregosidade < a 10% c) solo c/ textura franca	1,12	70	78,4	44,14	49,44	a) declive > a 10 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) solo c/ textura argilosa
	trator agrícola de lagartas e distribuidor de adubo de sulcos, montado, 600 l, 1 ferro	0,76	70	53,2	45,1	34,28	a) declive < a 15% b) grau de pedregosidade < a 10% c) solo c/ textura franca d) nº de entre linhas < a 15/ha	1,35	70	94,5	45,1	60,89	a) declive > a 25 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) solo c/ textura argilosa d) nº de entre linhas > a 25/ha
Rega localizada efetuada durante os primeiros anos após a plantação (5 lts / planta)	trator agrícola de rodas e cisterna de 4000 l mão de obra indiferenciada (2 jornas / trator e cisterna)	0,94	70	65,8	57,39	53,95	a) declive < a 5% b) grau de pedregosidade < a 10% c) solo c/ textura franca d) 300 a 450 plantas/ hectare e) distância do ponto de água < a 500 m	1,88	70	131,6	57,93	108,91	a) declive > a 10 % b) grau de pedregosidade > a 50 % c) solo c/ textura argilosa d) 650 a 850 plantas/ hectare e) distância ao ponto de água > a 2000 m
Recolha de madeira para carregadouro	Trator com guincho (3 t/h)		90		35,00				90		45,00		
	Trator com reboque e grua (7 t/h)		120		40,00				120		50,00		
Estilagem de madeira em mata*	estilhaçador pequeno associado a trator (3 a 4 ton/h)		80		52,00								
	estilhaçador médio associado a trator (7 a 15 t/h)		180		72,00		a) madeira com menos de 20 cm		180		80,00		a) madeira com mais de 20 cm
	estilhaçador médio auto-motriz (2 a 3 t/h)		40		42,00								
	estilhaçador grande auto-motriz (20 a 35 t/h)		300		120,00				300		170,00		



CUSTOS MÁXIMOS DE REFERÊNCIA ADMISSÍVEIS

TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS

COMBATE À FITÓFTORA (*Phytophthora cinnamomi*) POR INJEÇÃO (mão de obra indiferenciada)
6,12 € / injeção (incluindo o fitofármaco)

TRATAMENTOS AÉREOS (HELICÓPTERO / AVIONETA) (mão de obra especializada árvores jovens)
118,69 € / hectare (incluindo o fitofármaco)

MICORRIZAÇÃO

COLOCAÇÃO DE PASTILHA NA COVA DE PLANTAÇÃO OU POR MERGULHIA
0,12 € / PASTILHA

ADENSAMENTO

O ADENSAMENTO É UMA INTERVENÇÃO QUE IMPLICA O RECURSO A OPERAÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO PELO QUE, PARA A DETERMINAÇÃO DO SEU CUSTO, SE DEVERÁ SEGUIR A MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA AS OPERAÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO

ENXERTIA DE PINHEIRO MANSO

3,2 € / ENXERTO

O CUSTO ENGLOBALA A OPERAÇÃO DE ENXERTIA, COLOCAÇÃO E RETIRAR OS SACOS E PODA DE FORMAÇÃO

NOTA: No caso de situações intermédias, no que respeita às condições de trabalho, deverá recorrer-se à fórmula de cálculo para o valor estimado

PROJECTOS FLORESTAIS:

- Projecto PRODER
- Execução de Projectos
- Projecto técnico
- Consultoria técnica
- Compra e venda de produtos florestais
- Todo o tipo de serviços florestais

JARDINS
ARBORICULTURA
OLIVEIRAS MILENARES

RELVA VIVA
Gestão Florestal e Jardins
www.relvaviva.pt | geral@relvaviva.pt

Jornadas da sanidade florestal

NO PASSADO mês de Outubro, a ANEFA apresentou as Jornadas da Sanidade Florestal, quatro dias integralmente dedicados às pragas e doenças que afectam os nossos ecossistemas florestais. As sessões contaram com a participação de grandes especialistas, que apresentaram os principais problemas fitossanitários afectos ao pinhal, ao montado, às áreas de eucaliptal e aos restantes sistemas florestais dominantes no nosso país, nomeadamente o castanheiro.

Da distribuição geográfica, às espécies afectadas, não esquecendo os aspectos mais importantes em termos de sintomatologia, diagnóstico e medidas de prevenção e meios de luta, estes foram os pontos fundamentais abordados nas Jornadas da Sanidade Florestal, e que, juntamente com as saídas de campo para observação de sintomas e esclarecimento dos procedimentos inerentes à prospeção e amostragem, fizeram deste evento um grande sucesso.

De facto a sanidade florestal é um tema em constante evolução e que “obriga” técnicos e operadores económicos a uma actualização de conhecimentos contínua e permanente, pelo que a ANEFA tem intenção de continuar a promover encontros como este, de modo a colmatar a falta de informação que se tem verificado nesta matéria. 🌿

Joana Faria
ANEFA



Portésia - postura na pagina inferior das folhas e cobertas de pelos; Cobrilha da cortiça - galeria de larva; Carvão do Entrecasco - presença de estroma carbonáceo



Psila da folha juvenil; Mycosphaerella; ataque de ácaro em eucalipto condicionando o desenvolvimento das folhas; Cancro do eucalipto



Cancro do castanheiro, pequenos picnídios vermelhos na casca responsáveis pelo cancro, podridão do lenho após uma poda

Claro & Miranda

– Comércio de Madeiras, Lda.



CLARO & MIRANDA é uma empresa sediada em Azeitão, no concelho de Setúbal, que detém como actividade principal a comercialização de rolaria de pinho e eucalipto.

Abastece o sector industrial da madeira, nomeadamente serrações, produtores de biomassa e papel.

A Claro & Miranda – Comércio de Madeiras, Lda., tem uma estrutura familiar, e há mais de seis décadas que os seus órgãos sociais operam no sector, estabelecendo parcerias comerciais baseadas na fiabilidade e competência.

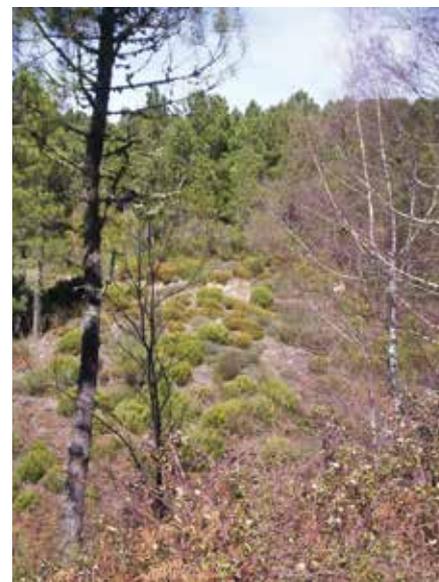
Dotada de equipamento adequado aos serviços de exploração florestal,

promove a optimização dos mesmos, mantendo colaboradores com vasta experiência e conhecimento. 🌱

Texto: Conteúdos cedidos pela Gerência

Contactos

Claro & Miranda
 – Comércio de Madeiras, Lda.
 R. Eurocerâmica 59 - Brejos Azeitão
 2925 - 145 Azeitão
 Tel./Fax: 212 180 206
 Tlm. 918 202 399 / 917 591 504 / 917 278 643
 Email: claroemiranda@sapo.pt



“Plantações clonais de eucalipto”



FREQUENTEMENTE o gestor ou proprietário florestal questiona-se sobre a pertinência ou não da utilização de plantas clonais de eucalipto em determinada área a florestar, em alternativa às tradicionais plantas seminais.

A propagação vegetativa ou clonagem de plantas que apresentam um desempenho destacado para determinado atributo de interesse é uma técnica milenar, e que ainda hoje é extensamente usada na agricultura. Muitas culturas importantes para a humanidade são produzidas através desta técnica, como é o caso da batata, da cana-de-açúcar, da vinha e da banana, entre outras. A sua aplicação a espécies florestais também é antiga, e inicialmente foi utilizada com o objectivo de preservar indivíduos ou genótipos, e de estabelecer pomares de semente, via enxertia. Entretanto, as primeiras plantações clonais de eucalipto em escala operacional, via enraizamento de estacas, foram realizadas no Brasil, durante a década de 80.

O pressuposto de base que justifica a clonagem é de que um determinado genótipo superior para as características de interesse económico em causa (exemplo: a produtividade), pode ser integralmente transmitido à descendência, maximizando os ganhos com a selecção. Isto é possível dado que todos os tipos de efeitos genéticos, os

aditivos (efeitos médios dos alelos) e dos não aditivos (efeitos das interacções entre alelos e entre locigénicos), são capitalizados através da propagação vegetativa. Portanto, um clone comercial de eucalipto pode ser definido como um grupo de plantas geneticamente idênticas, derivadas por propagação vegetativa do mesmo ancestral comum, selecionado em função da sua destacada aptidão, por exemplo, em termos de produtividade e ou propriedades da madeira.

Voltando à questão original, e diante do exposto, a vantagem de uma planta clonal melhorada (derivada de um programa estruturado de melhoramento genético, que envolve cruza-

mentos controlados entre matrizes superiores, avaliação criteriosa em campo e selecção através de técnicas estatísticas sofisticadas) face à planta seminal (situação em que todas as árvores são geneticamente distintas umas das outras), ainda que esta também seja melhorada, é a possibilidade de perpetuar um melhor ou melhores indivíduos presentes na população elite de referência. Por outras palavras, se uma plantação seminal melhorada for muito boa, ainda melhor será uma plantação que no seu todo tiver somente o indivíduo de melhor desempenho desta população.

Pelo exposto, em termos práticos, as plantações clonais melhoradas apre-



sentam maior produtividade e uniformidade, o que implica também uma maior facilidade de gestão florestal. A título de exemplo, as plantações clonais geridas pelo grupo Portucel Soporcel, o maior detentor de florestas plantadas de eucalipto em Portugal, têm apresentado até 25% de ganho em volume em relação às plantações seminais geridas nas mesmas condições ambientais e com os mesmos cuidados silvícolas.

Existem, no entanto, situações em que a planta clonal pode não representar a melhor opção. Trata-se de propriedades que apresentam condições edafo-climáticas, sejam gerais (exemplo: zona com défice hídrico histórico acima do limite de adaptação da espécie em uso) ou específicas (exemplo: solos muito rasos ou áreas demasiadamente encharcadas), para as quais ainda não foram suficientemente avaliados e seleccionados clones que comprovadamente (com representatividade espacial e temporal) apresentam desempenho superior. Nestas condições, para as quais não há indicação clara de um clone com reconhecido referencial adaptativo, a melhor opção será o uso de uma planta seminal melhorada (desde que esta tenha sido genericamente desenvolvida para a região em causa), uma vez que a variabilidade genética existente na plantação ajudará a minimizar eventuais danos por stress biótico ou abiótico.

Uma preocupação relativamente frequente sobre as plantações clonais

refere-se ao potencial risco de vulnerabilidade genética, especialmente associado ao ataque de pragas e doenças, em função de uma suposta falta de variabilidade nas florestações realizadas em larga escala. No entanto, este risco é significativamente mitigado em função dos seguintes factos:

- A susceptibilidade a agentes bióticos é mais determinada pela espécie (ou proveniência) do que pelo genótipo individual. Um bom exemplo disso é a susceptibilidade da *E. globulus* ao gorgulho *Gonipterus platensis*, agente de desfolha relevante em Portugal, e para o qual ainda não foram identificadas diferenças quanto à tolerância, ao nível de árvores individuais (clones).

- Os programas de melhoramento genético contemplam populações de ampla base genética, com diferentes fontes de tolerância. Além disso, anteriormente à recomendação operacional, aplicam-se etapas criteriosas de rastreio em campo e laboratório, quanto à susceptibilidade às principais pragas e doenças, sendo os clones menos tolerantes eliminados da lista de candidatos à produção em larga escala.

- Normalmente os viveiros operacionais de cinco a dez clones em produção, havendo, para cada macro-região edafo-climática, diferentes alternativas de materiais genéticos, estáveis ou específicos. Periodicamente (pelo menos cada três anos), novos clones são incorporados no processo produtivo substituindo os correntes. Como con-

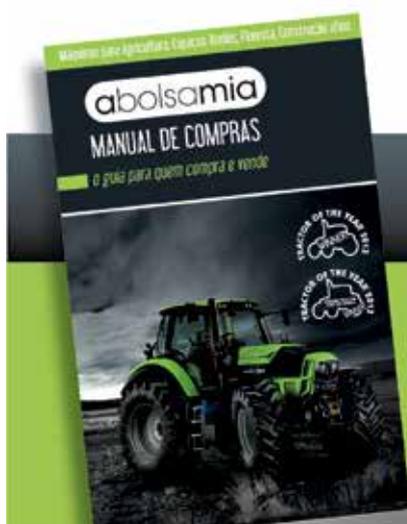
sequência, cada dez ou quinze anos o conjunto de clones operacionais é completamente renovado. Portanto, considerando rotações de doze anos e ainda a possibilidade de condução da talhadia, uma determinada área, quando reflorestada, certamente o será com um clone diferente do anteriormente utilizado. Além disso, no caso de algum clone apresentar qualquer problema grave, em determinado momento, este processo garantirá que a área afectada não seja muito expressiva, e também que o material em causa possa ser rapidamente descontinuado, havendo alternativas prontamente disponíveis.

- As plantações em larga escala são realizadas em mosaico, de forma que, dentro de determinada propriedade, diferentes clones são plantados em diferentes talhões, aumentando a variabilidade à escala.

- Raramente são reportados problemas de magnitude relevante relacionados com a vulnerabilidade genética em plantações clonais, seja no eucalipto, seja em qualquer outra cultura. Finalmente, é importante reforçar a necessidade de implementar práticas silvícolas adequadas e compatíveis com as utilizadas na fase de desenvolvimento dos clones, de forma a garantir a máxima expressão dos seus méritos genéticos nas florestações. Este cuidado é particularmente relevante nas operações de preparação do terreno, adubação e controlo de infestantes. 

BIBLIOGRAFIA

DEHON, G.; MARQUES, C. - Plantações clonais de eucalipto. In MONTEIRO ALVES, A.; SANTOS PEREIRA, J.; VAZ CORREIRA, A. - "Silvicultura - A gestão dos ecossistemas florestais", Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, p.473 - 475



abolsamia

www.abolsamia.pt

ANUÁRIO 2014

Máquinas para os sectores
da agricultura e floresta

inclui portes
12,00 €

Compre já o seu Anuário 2014
• Pagamento por TB para
NIB: 0007 0000 0182 8400 2402 3
(cópia para abolsamia@abolsamia.pt)
• Ou cheque à ordem de Nuffon, Lda
R. Nelson P. Neves, Lj 1 e 2
2670-338 Loures

A TMF – Serviços e Comércio Agro-florestal, Lda.



A TMF – Serviços e Comércio Agro-florestal, Lda. que se dedica à execução de obras agrícolas e florestais é o parceiro operacional da EcoAgro – Consultadoria e Gestão Agrícola, Lda., empresa que desde 1994 presta serviços de consultoria técnica aos sectores agrícola, florestal e agro-industrial.

Este grupo de empresas, que em 2014 atinge 20 anos de atividade, teve a sua génese na equipa técnica do Programa de Desenvolvimento Agrário Regional (PDAR) do Baixo Sorraia, tendo desde sempre como lema da sua atuação a mais-valia da aplicação da técnica à atividade agrícola e agro-florestal. Com sede em Coruche, a sua área de atuação privilegiada são os sistemas agrícolas intensivos de regadio e os sistemas agro-florestais mediterrânicos do Ribatejo e do Alentejo.

A EcoAgro disponibiliza um conjunto alargado e diferenciado de serviços de gestão, consultoria e projeto, que podem ir da simples consulta técnica à gestão integral de explorações. De entre as suas atividades destacam-se a elaboração de projetos de investimento nos sectores agrícola, florestal e agro-industrial, a avaliação de explorações, os estudos de viabilidade económica e de eficiência produtiva e,

mais recentemente, as auditorias de eficiência energética e ambiental.

A TMF aposta desde a sua criação na atualização permanente e na incorporação de novas tecnologias nos seus métodos de trabalho, de modo a oferecer aos seus clientes serviços de primeira qualidade e de adequado rácio custo-benefício. O sucesso produtivo, na gestão corrente de explorações ou na implementação no terreno de investimentos agrícolas e florestais, deve estar assente numa avaliação global dos resultados de médio prazo e não na expectativa imediatista da concorrência feroz pelo mais baixo preço.

Temos uma experiência de duas décadas na execução de plantações florestais, instalação de vinhas e olivais, operações de gestão e manutenção de povoamentos, reconversão de eucaliptais, instalação de vedações e de sistemas de condução, extração de cortiça ou cortes de eucalipto e pinhal. Mais recentemente alargámos a nossa atividade à colheita mecânica de pinha, ao aproveitamento de biomassa florestal, à instalação de pastagens biodiversas e à enxertia de pinheiro manso. Possuímos equipas técnicas especializadas, estáveis, com experiência e adequada formação profissional e valori-

zamos a segurança como ferramenta de qualidade e de eficiência produtiva. A mecanização e a inovação nos processos e métodos de trabalho, uma supervisão técnica presente e a proximidade aos objetivos do proprietário/empresário, são mais-valias com que contamos para um adequado rácio custo-benefício nos nossos serviços.

Apostamos em parcerias duradoras no fornecimento de um serviço de aconselhamento na gestão das explorações agro-florestais que permitam modernizar e fortalecer economicamente as empresas com quem trabalhamos e ao mesmo tempo promover a gestão dos recursos naturais à perpetuidade. Muitas das explorações com quem trabalhamos têm atualmente a gestão florestal certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC).

A agricultura e a floresta são sectores de futuro. Têm que ser abordados numa perspetiva empresarial, equacionada de acordo com os prazos de retorno e os ciclos de vida que são próprios de cada realidade produtiva e tendo sempre como base os objetivos das empresas com quem trabalhamos. 

Texto: Conteúdos cedidos pela Gerência

Contactos

TMF – Serviços e Comércio
Agro-florestal, Lda.
R. 5 de Outubro, 28
2100 - 127 Coruche
Tel: 243610100
Fax: 243610109
Email: ecoagro@ecoagro.pt

ECOAGRO	TMF
• Avaliação de Propriedades	• Beneficiação Florestal
• Estudos de Eficiência Energética	• Colheita Mecânica de Pinha
• Estudos de Viabilidade	• Enxertia de Pinheiro Manso
• Gestão de Explorações	• Extração Cortiça
• Fiscalização de Empreitadas	• Instalação de Pastagens Biodiversas
• Projetos de Investimento	• Plantações

RACIONALIZAMOS o seu RESULTADO PRODUTIVO

VALORIZAMOS o seu PATRIMÓNIO

JANEIRO

DIA	EVENTO	LOCAL
13	Esclarecimentos "novas regras dos Subsídios à Agricultura/ Pedido Único 2014"	Portugal - Fundão
14	Portugal pela Floresta	Portugal - Lisboa
14-16	Sival Agricultura / Horticultura / Máquinas e Equipamentos	França - Angers
17	Curso sobre segurança pessoal no combate aos incêndios florestais	Portugal - Coimbra
17-19	International Green Week Berlin	Alemanha - Berlin
22-25	Agro Eurasia	Turquia - Istambul
22-25	Adana Agriculture and Green House/Garden	Turquia - Adana
23-26	Agriest	Itália - Udine
28-31	IPM Alemanha Espaços Verdes / Horticultura / Sementeira / Plantação	Alemanha - Essen

FEVEREIRO

DIA	EVENTO	LOCAL
2-4	Spatex 2009 - Espaços Verdes	Reino Unido - Bucks
5-7	Fruit Logistica	Alemanha - Berlin
6-9	Fieragricola	Itália - Verona
20-23	EXPOJARDIM-FRUTITEC-HORTITEC	Portugal - Batalha
22-2mar	Salon International de L'agriculture	França - Paris
27-1mar	Gardenia - Espaços Verdes	Polónia - Poznan

MARÇO

DIA	EVENTO	LOCAL
7-9	Agrotech	Polónia - Kielce
12-16	Giardina Zürich - Espaços Verdes	Suíça - Zurique
13-15	Feira Internacional de Galicia	Espanha - Silheda
20-23	Sant Josep (Fira de Mollerussa)	Espanha - Lleida
25-27	Agrame - Agri Business Expo Middle East	Emirados Árabes Unidos -Dubai
28-30	Agriumbria	Itália - Úmbria





Reflorestação de áreas ardidas e recuperação de zonas degradadas.



A floresta pede um minuto do seu tempo.

Ela está lá todos os dias
por si e pelos seus.

O Projecto ProNatura ajuda a dar uma resposta de sustentabilidade a empresas com empenho nas áreas de responsabilidade ambiental e social. A parceria com empresas Nacionais e Multinacionais que desde o primeiro minuto acreditaram que era possível voltar a ter florestas, matas e espaços verdes, tem crescido todos os anos e apresentado sempre resultados surpreendentes.



DIPLOMA	SUMÁRIO
Portaria n.º 294/2013. D.R. n.º 187, Série I de 2013-09-27 Ministério da Agricultura e do Mar	Estabelece as medidas extraordinárias de Proteção Fitossanitária destinadas a evitar a introdução e disseminação do fungo <i>Gibberella circinata</i> Nirenberg & O'Donnell (também conhecido na forma anamorfa por <i>Fusarium circinatum</i>) em Portugal Obs: do texto, transcrevem-se: "este fungo pode causar uma mortalidade significativa em <i>Pinus</i> spp. e danos apreciáveis em <i>Pseudotsuga menziesii</i> (Mirb.) Franco, apresentando uma elevada capacidade de disseminação através dos Materiais Florestais de Reprodução [MFR]"; este fungo "é responsável pela doença conhecida por «Cancro Resinoso do Pinheiro»"
Portaria n.º 295/2013. D.R. n.º 189, Série I de 2013-10-01 Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar	Primeira alteração à Portaria n.º 300/2012, de 2 de outubro, que estabelece quem são os beneficiários, termos e condições de acesso à linha de crédito com juros bonificados, de acordo com o Decreto-Lei n.º 101/2012, de 11 de maio
Portaria n.º 296/2013. D.R. n.º 190, Série I de 2013-10-02 Ministério da Agricultura e do Mar	Procede à segunda alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente (FFP) aprovado pela Portaria n.º 113/2011, de 23 de março
Portaria n.º 660/2013. D.R. n.º 193, Série II de 2013-10-07 Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar - Gabinetes da Ministra da Agricultura e do Mar e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento	Autoriza o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.) a proceder à abertura de procedimento para a aquisição de serviços de abate, e toragem de árvores identificadas e previamente georeferenciadas na Zona Tampão (ZT) do território do continente, no âmbito das ações de controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)
Portaria n.º 661/2013. D.R. n.º 193, Série II de 2013-10-07 Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar - Gabinetes da Ministra da Agricultura e do Mar e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento	Autoriza o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), a proceder à abertura de procedimento para aquisição de serviços de recolha de dados relativos ao 6º Inventário Florestal Nacional (IFNG)
Deliberação n.º 1823/2013. D.R. n.º 195, Série II de 2013-10-09 Ministério da Agricultura e do Mar - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)	Altera as atribuições da Divisão de Gestão Florestal, no sentido de eliminar a previsão da atual alínea b) Obs: atribuições mencionadas na Deliberação n.º 287/2013: "b) Assegurar a produção de normas e orientações para a elaboração de Planos de Gestão Florestal e dos Planos Específicos de Intervenção Florestal e coordenar os respetivos Processos de Aprovação"; e, na presente Deliberação n.º 1823/2013: "b) Assegurar a produção de normas e orientações para a elaboração de Planos de Gestão Florestal e coordenar os respetivos Processos de Aprovação".
Portaria n.º 304/2013. D.R. n.º 200, Série I de 2013-10-16 Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar	Aprova o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos
Despacho n.º 13209-A/2013. D.R. n.º 200, Suplemento, Série II de 2013-10-16 Ministérios das Finanças e da Agricultura e do Mar - Gabinetes das Ministras de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar	Aprova regras de atribuição e controlo da aplicação da ajuda na luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro, nos termos da Decisão de Execução 2012/789/UE, de 14 dezembro de 2012 (publicada a 18 dezembro - JOUE L348), no que respeita ao tratamento térmico de paletes de madeira e madeira serrada de coníferas
Despacho normativo n.º 10/2013. D.R. n.º 201, Série II de 2013-10-17 Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura	Aplica o Despacho Normativo n.º 13/2010, de 13 de maio (publicado no DR, 2.ª Série, de 25 de maio), às Medidas do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente (PRODER) sujeitas a condicionalidade relacionada com a superfície de exploração agrícola Obs: afeta, entre outras, as seguintes Medidas do PRODER: Medida 2.3 «Gestão do Espaço Florestal e Agroflorestal», na Subação 2.3.2.2 - «Instalação de Sistemas Florestais e Agroflorestais»; - Medida 2.4 - «Intervenções Territoriais Integradas» (assunto relacionado com a gestão da Rede Natura 2000), todas as componentes agroambientais e silvoambientais.
Regulamento de Execução (UE) n.º 1036/2013, de 24 de outubro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a utilização da substância ativa etofenprox em Produtos Biocidas do Tipo 18 (inseticidas, acaricidas e produtos destinados a controlar outros artrópodes)
Decisão do Comité Misto do EEE n.º 75/2013, de 3 de maio de 2013	Altera o anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE. Observações: menção à CITES e a produtores de madeira e produtos de madeira.
Decreto-Lei n.º 151/2013. D.R. n.º 210, Série I de 2013-10-30 Ministério da Economia	Transpõe a Diretiva n.º 2012/24/UE da Comissão Europeia, de 8 de outubro, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2013, de 17 de abril, que estabelece os requisitos relativos às tomadas de força e respetiva proteção dos tratores agrícolas e florestais com rodas
Decreto-Lei n.º 151-B/2013. D.R. n.º 211, 2.º Suplemento, Série I de 2013-10-31 Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território	Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.
Regulamento de Execução (UE) n.º 1001/2013, de 4 de outubro de 2013 Comissão Europeia	Altera o Anexo I do Regulamento (CEE) n.º 2658/87 do Conselho relativo à Nomenclatura Pautal e Estatística e à Pauta Aduaneira Comum Obs: tem referências a: mel; abelhas; peixes e invertebrados aquáticos; madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel ou cartão e suas obras; produtos de caça; cogumelos; árvores e sementes florestais.
Decisão do Comité Misto do EEE n.º 61/2013, de 3 de maio de 2013 Comité Misto do EEE	Altera o Anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE Obs: refere-se a tomadas de força e respetiva proteção nos tratores agrícolas e florestais com rodas. O Acordo EEE (Espaço Económico Europeu) foi celebrado entre a União Europeia e 3 dos 4 Países que ainda fazem parte da EFTA: Islândia, Noruega e Listenstaine.
Decisão do Comité Misto do EEE n.º 75/2013, de 3 de maio de 2013 Comité Misto do EEE	Altera o Anexo II (Regulamentação técnica, normas, ensaios e certificação) do Acordo EEE Obs: está relacionado com as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos da madeira; tem menção à CITES.
Despacho n.º 14568/2013. D.R. n.º 219, Série II de 2013-11-12 Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete da Ministra	Cria o Grupo de Peritos que tem por missão apoiar o Ministério da Agricultura e do Mar na fundamentação das decisões políticas a adotar no âmbito da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2014-2020 e na sua implementação e acompanhamento
Regulamento de Execução (UE) n.º 1150/2013, de 14 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 no que se refere às condições de aprovação da substância ativa óleo de colza, que tem utilizações em inseticidas e acaricidas
Regulamento de Execução (UE) n.º 1165/2013, de 18 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa óleo de laranja, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão
Regulamento de Execução (UE) n.º 1166/2013, de 18 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 no que se refere às condições de aprovação da substância ativa dicloroprope-P. Obs: esta substância tem utilizações em herbicidas.
Informação n.º 2013/C 339/01 Comissão Europeia	Comunicação da Comissão relativa à alteração e prorrogação da aplicabilidade das Orientações Comunitárias para os Auxílios Estatais no Setor Agrícola e Florestal no Período 2007-2013
Regulamento de Execução (UE) n.º 1175/2013, de 20 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa benalaxil-M, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão
Regulamento de Execução (UE) n.º 1176/2013, de 20 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa piroxusulame em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão

CONTINUA >

DIPLOMA	SUMÁRIO
Regulamento de Execução (UE) n.º 1177/2013, de 20 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa espirotetramato, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão
Regulamento de Execução (UE) n.º 1178/2013, de 20 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 no que se refere às condições de aprovação da substância ativa etoprofos, que tem utilizações como nematodocida e inseticida
Aviso n.º 14384/2013. D.R. n.º 227, Série II de 2013-11-22 Ministério da Economia - Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.	Fixa os Índices Ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeito de aplicação das Fórmulas de Revisão de Preços a que se refere o Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro. Obs.: a lista de materiais inclui: Madeiras de pinho; Madeiras especiais ou exóticas; Derivados de madeira; Aglomerado negro de cortiça; Ladrilho de cortiça.
Regulamento de Execução (UE) n.º 1187/2013, de 21 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa pentioprirade, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão
Regulamento de Execução (UE) n.º 1192/2013, de 22 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa tembotriona, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão
Regulamento de Execução (UE) n.º 1195/2013, de 22 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa tiossulfato de prata e sódio, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão
Regulamento de Execução (UE) n.º 1199/2013, de 25 de novembro de 2013 Comissão Europeia	Aprova a substância ativa clorantraniliprol, em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à colocação dos Produtos Fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o Anexo do Regulamento de Execução (UE) n.º 540/2011 da Comissão
Informação n.º 2013/C 348/02 Comissão Europeia	Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Diretiva 2006/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa às máquinas e que altera a Diretiva 95/16/CE. Obs.: tem referência a Normas Europeias abrangendo máquinas florestais (rachadores, motocultivadores, podadoras motorizadas, motosserras, escacilhadores, pulverizadores), tratores florestais, máquinas para trabalhar madeira, e máquinas das indústrias de papel e cartão.
Informação n.º 2013/C 356/01 Comité das Regiões	Resolução do Comité das Regiões – 19.ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) – Avançar com a Agenda Internacional para as Alterações Climáticas. Obs.: menciona assuntos silvícolas e o Programa das Nações Unidas para a Redução de Emissões Resultantes da Desflorestação e Degradação Florestal (REDD+); esta Resolução foi aprovada na 103.ª Reunião Plenária, de 7 a 9 de outubro de 2013.
Informação n.º 2013/C 356/07 Comité das Regiões	Parecer do Comité das Regiões – Estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas. Obs.: tem referência a assuntos florestais, piscícolas e relacionados com biodiversidade; este Parecer foi aprovado na 103.ª Reunião Plenária, de 7 a 9 de outubro de 2013.
Informação n.º 2013/C 356/08 Comité das Regiões	Parecer do Comité das Regiões – Infraestrutura Verde – Valorizar o Capital Natural da Europa. Obs.: tem referência à Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020, às Diretivas Habitats e Aves, à Rede Natura 2000, à Convenção sobre a Diversidade Biológica, e a assuntos silvícolas e florestais; este Parecer foi aprovado na 103.ª Reunião Plenária, de 7 a 9 de outubro de 2013.
Informação n.º 2013/C 356/14 Comité das Regiões	Parecer do Comité das Regiões – Desenvolvimento sustentável das Zonas Rurais. Obs.: salientam-se referências a “Zonas Protegidas”; este Parecer foi aprovado na 103.ª Reunião Plenária, de 7 a 9 de outubro de 2013.
Portaria n.º 354/2013. D.R. n.º 238, Série I de 2013-12-09 Ministério da Agricultura e do Mar	Estabelece o âmbito da intervenção do Ministério da Agricultura e do Mar e dos seus serviços e organismos em matéria de formação profissional nas áreas da agricultura, das florestas, do agroalimentar e do desenvolvimento rural, bem como o respetivo modelo de regulamentação, de certificação, de supervisão e de acompanhamento.
Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2013. D.R. n.º 240, Série I de 2013-12-11	Presidência do Conselho de Ministros Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, disponível em http://planos.procv.pt
Regulamento de Execução (UE) n.º 1320/2013, de 3 de dezembro de 2013 Comissão Europeia	Retifica o Regulamento de Execução (UE) n.º 385/2012 relativo à Ficha de Exploração a utilizar tendo em vista a verificação dos Rendimentos nas Explorações Agrícolas e a análise do funcionamento económico das mesmas; este Regulamento entra em vigor em 1 de janeiro de 2014. Obs.: inclui referências a: Rede Natura 2000, Zona Natura 2000 e pagamentos Natura 2000; Diretivas Aves e Habitats; silvicultura e transformação de madeiras; superfícies florestais, incluindo madeira em pé; encargos específicos com florestas e com a transformação de madeiras; cortiça; resina de pinheiro; aquicultura; cogumelos; abelhas, mel e produtos da apicultura. Cfr.: Regulamento de Execução (UE) n.º 385/2012, de 30 de abril de 2012 (JOUE L 127 – 15 de maio de 2012)
Informação n.º 2013/C 364/01 Comissão Europeia	Comunicação da Comissão no âmbito da execução da Diretiva 89/686/CEE do Conselho, de 21 de dezembro de 1989, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) Obs.: inclui menção a Normas Europeias abrangendo motosserras e vestuário florestal para Bombeiros.
Regulamento (UE) n.º 1319/2013, de 9 de dezembro de 2013 Comissão Europeia	Altera os Anexos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS) Obs.: inclui a listagem atualizada, para cada Estado-Membro, das respetivas NUTS 1, 2 e 3.
Portaria n.º 364/2013. D.R. n.º 247, Série I de 2013-12-20 Ministério da Agricultura e do Mar	Estabelece o conteúdo desenvolvido dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)
Regulamento (UE) n.º 1293/2013, de 11 de dezembro de 2013 Parlamento Europeu e Conselho	Estabelece um Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE) e revoga o Regulamento (CE) n.º 0614/2007 Obs.: inclui menções a: conservação da natureza; biodiversidade; gestão da Rede Natura 2000; assuntos silvícolas e florestais; sistemas de monitorização e informação sobre as florestas e de prevenção de incêndios florestais; sumidouros de carbono naturais; produtos biocidas.
Portaria n.º 3-A/2014. D.R. n.º 4, Suplemento, Série I de 2014-01-07 Ministérios das Finanças e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	Estabelece os procedimentos de repartição das receitas geradas pelos leilões de Licenças de Emissão de Gases com Efeito de Estufa, incluindo o Plano Anual de Utilização das Receitas e o modo de articulação do Fundo Português de Carbono com outros Organismos na alocação e utilização dessas receitas, bem como os montantes a deduzir à Tarifa de uso global do Sistema Elétrico Nacional Obs.: abrange a produção de energia a partir de fontes de energia renovável.
Aviso n.º 198/2014. D.R. n.º 4, Série II de 2014-01-07 Ministério da Agricultura e do Mar - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.	Lista de indicadores relativa aos Requisitos Legais de Gestão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2014, no âmbito do Regulamento (CE) n.º 73/2009, de 19 de Janeiro de 2009 (JOUE L 30, public. em 31-01-2009) (Estabelece regras comuns para os regimes de apoio direto aos agricultores no âmbito da Política Agrícola Comum e institui determinados regimes de apoio aos agricultores, altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005, (CE) n.º 247/2006 e (CE) n.º 378/2007 e revoga o Regulamento (CE) n.º 1782/2003) Obs.: no Anexo, Ponto I, Sub-Ponto A – Domínio Ambiente, o Ato I abrange as Diretivas Aves e Habitats, tendo referências a “Parecer obrigatório por parte do ICNF”, a diplomas de criação ou classificação como Áreas Protegidas e respetivos Regulamentos dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP), e à Rede Natura 2000, bem como a assuntos florestais.

A. Travessa Ramalho & Filho, Lda.

Rua de Timor Leste, nº4 Apt.51
5360-909 Vila Flor
Telef.: 278516459 · Fax: 278516459
a.travessa.ramalho@sapo.pt

Abastena, Lda.

R. Pe. Estevão Cabral, 79 - 1º - s. 104
3000-317 Coimbra
Telef.: 239827953 · Fax: 239833545
abastena@gmail.com
 **Accreditações**
 FSC Gestão Florestal
 FSC Cadeia de Custódia

Agrirelva

R. Aquilino Ribeiro Lote 64-r/c, Apartado 28
2861-909 MOITA
Telef.: 212899700 · Fax: 212899700
geral@agrirelva.com
www.agrirelva.com

Alberlim - Limpeza e Manut Unip. Lda.

Rua Portelas, Albergaria-a-Nova - 3850-501 Branca
Telef.: 234524034 · Fax: 234524034
contacto@alberlim.com
www.alberlim.com

Alcides Madeiras

Lugar da Igreja - Castanheira do Vouga - Águeda
3750-373 CASTANHEIRA DO VOUGA
Telef.: 234623315 · Fax: 234623315
alcidesmadeiras@hotmail.com
 **Accreditações**
 PME Líder
 FSC Gestão Florestal
 FSC Cadeia de Custódia
 PEFC Gestão Florestal
 PEFC Cadeia de Responsabilidade

Alertxito Viveiros Florestais Unip. Lda.

Estrada Variante da Moita - 3780-476 ANADIA
Telef.: 231503733 · Fax: 231511721
alertxito@hotmail.com

Ambiflora, Lda.

Lugar Novo, R. Linha Férrea nº 10
4700-711 Palmeira Braga
Telef.: 253628364 · Fax: 253628364
ambiflora@ambiflora.pt
www.ambiflora.pt
 **Accreditações**
 PME Líder
 ISO 9001 Gestão de Qualidade
 ISO 14001 Gestão ambiental
 ISO 18001 Saúde e Segurança no Trabalho
 Alvará de construção

Anadiplanta

Rua Poeta Cávador - 3780-237 Anadia
Telef.: 231511774 · Fax: 231511774
agostinho@anadiplanta.com
www.anadiplanta.com

António Maia Rodrigues Figueiredo

Rua Principal Norte, nº 366 - Fornos
3060 - 101 Fornos
Telef.: 239609235
tofigueiredo@hotmail.com

António Panalo Pedrico

Rua do Cemitério nº 3, Edif. da Central
de Camionagem - Lj 2 - 6320-359 Sabugal
Telef.: 271615071 · Fax: 271615071
sondagenspedrico@gmail.com

Arboser, S.A.

Pólo Industrial da Portucel
Apartado 55 - Mitrena
2901-861 Setúbal
Telef.: 265729427 · Fax: 265729493
maria.joao.bandeira@portucelsoporcel.com
 **Accreditações**
 ISO 9001 Gestão de Qualidade
 ISO 14001 Gestão Ambiental
 ISO 18001 Saúde e Segurança no trabalho

Armindo Pereira Pais Lda.

Avenida das Laranjeiras, 323 - 3780-202 Anadia
Estaleiro: Sobrosa - Espinho
3450-063 Mortágua
Telef.: 231515790 · Fax: 231515790
armindopais@live.com.pt

Arsénio Rodrigues & Irmão, Lda.

Rua Dr. Assis e Santos, nº 89 - 3450-123 Mortágua
Telef.: 231522735 · Fax: 231522737
isabel@plantagest.com
 **Accreditações**
 FSC Cadeia de Custódia
 PEFC Cadeia de Responsabilidade

Arvoplanta

Francisco José Ferreira Veiga
Rua do Sanjal nº 277 - Vale de Avim - Moita
3780-481 Anadia
Telef.: 231503531 · Fax: 231503531
arvoplanta@iol.pt

Aval Verde, Engenharia e Ambiente, Lda.

Apartado 123, Rua Principal n.º65 - Telhado,
3360-062 Figueira de Lorvão
Telef.: 239476670 · Fax: 239476671
geral@avalverde.pt
www.avalverde.pt
 **Accreditações**
 ISO 9001 Gestão de Qualidade
 Alvará de construção

Beirazimute

Bairro Sta. Eugénia, Ed. Euroviso, Lt E-Lj F
3500-004 Viseu
Telef.: 232185058 · Fax: 232185158
geral@beirazimute.pt
www.beirazimute.pt

Bioflorestal S.A.

R. Padre Matos, Edif. 2000 - Entrada 1 e 2
3850-091 Albergaria-a-Velha
Telef.: 234527123 · Fax: 234580407
geral@bioflorestal.pt
 **Accreditações**
 PME Líder
 FSC Gestão Florestal
 FSC Cadeia de Custódia
 PEFC Gestão Florestal
 PEFC Cadeia de Responsabilidade

Bionordeste

Estrada Nacional 15, Lugar de Vale de Ague
5370-265 Mirandela
Telef.: 278248509 · Fax: 278248507
geral@mirapapel.com
www.mirapapel.pt

Carlos Alberto Paiva Viveiros Florestais e Plantações

Rua Pau da Mata n.º 1 - Monte de Lobos
3450-306 Mortágua
Telef.: 231920530

Carvalhos - Expl. Madeiras Lda.

Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, 33
3260-424 Figueiró dos Vinhos
Telef.: 236551523 · Fax: 236553380
as4102079@sapo.pt

Castanea Sativa Lda.

Caveiros Bxº-Cambra Vouzela
3670-041 CAMBRA
Telef.: 232748017 · Fax: 232748017
castanea_sativa@hotmail.com
www.castaneasativa.com

Célia Marques, Unipessoal Lda.

R. Caldeiros 43 Marinha das Ondas
3080-485 Figueira Foz
Telef.: 233959157 · Fax: 233959157
madeirasmarques.uni@sapo.pt

CG Florestal, Soc. Unip. Lda.

R. Adriano Rovisco dos Santos
7470 - 117 Casa Branca
Telef.: 268549147
cg.florestal@sapo.pt

Claro e Miranda

Comércio de Madeiras, Lda.
R. Eurocerâmica 59 - Brejos Azeitão
2925-145 Azeitão
Telef.: 212180206 · Fax: 212180206
claroemiranda@sapo.pt

Cláudio & Moreira, Lda.

Rua Campo Futebol, nº 11 Palhalgueiras
2560-044 A dos Cunhados
Telm.: 917289223 · Fax: 261981810
www.claudiomoreira.pai.pt

Colpinus - Madeiras e Derivados

Rua Nossa Srª de Fátima, 200
2420 - 193 Colmeias
Tel: 244723389 · Fax: 244723501
martos@martos.pt
www.martos.pt

Consagri, Consultoria Agrícola Lda.

R. Padre Evaristo do Rosário Guerreiro, N.º 2
2100-195 Coruche
Telef.: 243611030 · Fax: 243611039
consagri@consagri.pt
www.consagri.pt

Costa & Irmãos

Largo da Madalena, 865 Agodim
2420-422 Colmeias
Telef.: 244720380 · Fax: 244720389
geral@costaeirmaos.com
www.costaeirmaos.com
 **Accreditações**
 PME Líder

Costa Ibérica Florestal, Lda.

EN 16 Vila Garcia - 3530-077 Fornos
Maceira Dão - Mangualde
Telef.: 232619450 · Fax: 232619451
floresta@costa-iberica.com

Covelo e Pinto, Lda.

R. Almirante Reis, 294 - 2830-461 Palhais - BRR
Telef.: 212148890 · Fax: 212148899
geral@covelopinto.pt
www.covelopinto.pt

Ecored - Silv. e Exploração Florestal, SA

Avenida Visconde de Barreiros, 77, 4º Andar
4470-151 Maia
Telef.: 221450151 · Fax: 221450152
geral@ecored.pt
www.ecored.pt
 **Accreditações**
 PME Líder
 ISO 9001 Gestão de Qualidade
 ISO 14001 Gestão Ambiental
 ISO 18001 Saúde e Segurança no Trabalho
 FSC Cadeia de Custódia
 PEFC Cadeia de Responsabilidade

Empev Gestão de Espaços Verdes Lda.

R. São Domingues n.º 336 -2B
2200-397 Abrantes
Telef.: 241377212 · Fax: 241377213
geral@empev.pt
www.empev.pt

Floponor, Lda.

Rio de Mel - 6420-552 Trancoso
Telef.: 271813324 · Fax: 271813323
geral@floponor.pt
www.floponor.pt
 **Accreditações**
 PME Líder
 PME Excelência
 FSC Cadeia de Custódia
 PEFC Cadeia de Responsabilidade
 Alvará de construção

Floresta Bem Cuidada Projeto Florestal, Lda.

Av. Da Igreja, 14 R/c dto
6300-399 Guarda
Telef.: 271237630 · Fax: 271237630
florestabemcuidada@sapo.pt
www.florestabemcuidada.pt
 **Accreditações**
 PME Excelência
 ISO 9001 Gestão de Qualidade
 Alvará de construção

Floresta da Serra

Folgares S/N - Portela Fojo
3320-332 PORTELA DO FOJO
Telef.: 235566188 · Fax: 235566188
ffloresta@sapo.pt

Floresta Jovem, Lda.

Rua Principal nº20 Carvalho Ap.67
3450-301 Mortágua
Telef.: 231923148 · Fax: 231923148
floresta_jovem@sapo.pt
www.florestajovem.webs.com
 **Accreditações**
 ISO 9001 Gestão de Qualidade
 Alvará de construção

Floresta Renovada, Lda.

R. Maria Vela, 10
6300-581 Guarda
Telef.: 271222561 · Fax: 271222561
floresta.renovada@netvisao.pt

Florestas Sustentáveis, Lda.

Praça da República nº10
7050-132 Montemor-o-Novo
Telef.: 217265160 · Fax: 217265121
info@florestassustentaveis.pt
www.florestassustentaveis.pt

Florestlis Lda.

Estrada Nacional 109, Apartado 12
2426-908 Monte Redondo
Telef.: 244685135 · Fax: 244686078
geral@florestlis.pt

Florgénese Lda.

Estrada do Seixalinho, CityPark - Armazém A
2870-339 Montijo
Telef.: 212326790 · Fax: 212326797
florgenese@gmail.com
www.florgenese.com
 **Accreditações**
 Organização Oficialmente Reconhecida para a homologação de produtos fitofarmacêuticos

Forestcorte Exp. Florestal, Lda.

Zona Industrial das Lameiradas,
Rua dos Pousadinhos nº 297
4540-423 Mansores
Telef.: 256920010 · Fax: 256920019
forestcorte@gmail.com
www.forestcorte.com
 **Accreditações**
 PME Líder
 PME Excelência
 Alvará de construção

Forestfñ - Florestas e Afins, Lda.

Rua José Gomes Soares, n.º9B, 1º Esq.
4480-811 Vila do Conde
Telef.: 252632022 · Fax: 252632022
forestaseafins@gmail.com
www.florestaseafins.com

Gestiverde, Lda.

R. D. Lopo Almeida, Lt 81 R/C Esq.
2200-281 Abrantes
Telef.: 241366806 · Fax: 241366850
geral@gestiverde.pt
www.gestiverde.pt

GIFF - Gestão Integrada de Fogos Florestais S.A.

R. D. João Ribeiro Gaio, n.º9B, 1º Esq.
4480-811 Vila do Conde
Telef.: 252632022 · Fax: 252632022
giff.geral@giff.pt
www.giff.pt

Ideal Jardins - Const. e Manut. Unip. Lda.

Parque Empresarial Primóvel - Edifício A.3,2º-C,
Albarraque - 2635-595 Rio de Mouro
Telef.: 219250983 · Fax: 219150377
geral@ideajardins.pt
www.ideajardins.pt
 **Accreditações**
 PME Líder
 Alvará de construção

IberFlorestal S.A.

R. da Telheira, nº 604 - Lugar de Passos
4630 - 106 Cercal - Valença
Telf: 961 106007
mjirodrigues@iberflorestal.pt
Acreditações:
√ FSC Cadeia de Custódia

Igal, Lda.

Parque Ind. Tecnológico de Évora,
R. da Agricultura lote nº11
7005 - 340 Évora
Telf: 266734189 · Fax: 266734189
igal_@sapo.pt
Acreditações
√ PME Líder

Indumadeiras, Lda.

Rua Dr José Assis e Santos
3450-123 Mortágua
Telf: 231920131 · Fax: 231920131
indumadeiras@hotmail.com

Invictustatus Unipessoal Lda.

Pero Ponto, Arneixial, Apartado 33
8100 Loulé
Telf: 289316097 · Fax: 289094731
invictustatus@iol.pt

Jardim Formoso, Lda.

Av. 25 de Abril, nº 56 - Galamares
2710-246 Sintra
Telf: 219241205 · Fax: 219246632
geral.jardimformoso@mail.telepac.pt

José Dias e Fos, Lda.

Rua do Pomar, 20 Canais
2420-084 Caranguejeira
Telf: 244733588 · Fax: 244733588
josedias.filhos@sapo.pt

Lazer e Floresta - Empresa Desenv. Agro-Florestal S.A.

Rua Braamcamp 90, 4º Piso
1250-052 Lisboa
Telf: 217817314 · Fax: 217817319
lf@lazerefloresta.pt
www.lazerefloresta.pt

M Cruz & Soares, Lda.

Lugar de Lages: 4575-300 PAREDES PNF
Telf: 255616153 · Fax: 255616168
mcruz_soares@hotmail.com
www.mcruzsoares.pai.pt

Madeicampo, Exploração Florestal Lda.

R Central Campo 2215, Campo
4440-037 CAMPO VLG
Telf: 224112639 · Fax: 224159217
madeicampo@sapo.pt

Madeiras Vale do Rio, Lda.

Minhãos
4540 - 536 Santa Eulália
Telf: 256998010
reinaldo_branda@sapo.pt

Micoflora, S.A.

Centro Empresas, Ed.Clube Náutico - Sra.
Santana-Pav.1- 7580-509 Alcácer do Sal
Telf: 265613274 · Fax: 265613275
micoflora@micoflora.com
www.micoflora.com

O Trevo, Lda.

R. Fernando Namora, 28 - 1º Dtº
7800-502 Beja
Telf: 284325962 · Fax: 284318365
geral@otrevo.pt
www.otrevo.pt
Acreditações
√ ISO 9001 Gestão de Qualidade

Pinas & Irias Lda.

Avenida Nacional 54, Ciborro
7050-611 CIBORRO
Telf: 266840000 · Fax: 266840002
pinas.iriass@mail.telepac.pt
www.pinasiriass.com

Planta Livre - Prod. e Comer. de Plantas

Estrada dos Pexiligaís
2725-659 Mem Martins
Telf: 219258137 · Fax: 219151457
plantalivre@sapo.pt
Acreditações
√ PME Líder

PombalVerde, Prod. Com. Plantas Lda.

R. Principal nº10 Bonitos
3105-007 Almagreira PBL
Telf: 236961413 · Fax: 236961134
geral@pombalverde.pt
www.pombalverde.pt
Acreditações
√ ISO 18001 Saúde e Segurança no trabalho

Preplanta - Viv. Hortícolas, Lda.

Estrada Nacional 118, Km 57
2125 - 317 Muge
Telf: 263596851 · Fax: 263596862
mario.ferreira@preplanta.pt
www.preplanta.pt

Profjardim - Espaços Verdes, Lda.

Rua das Mestras, nº 61 - Touregas
3870-032 Bunheiro
Telf: 234855266 · Fax: 234855267
profjardim.profjardim@gmail.com
www.profjardim.com
Acreditações
√ Alvará de construção

Relva Pura

Avenida do Mar, 130
2855 - 650 Corroios
Telem.: 917171999
relvapura@gmail.com
www.relvapura.pt

Relva Viva - Gestão Florestal e Jardins Lda.

Parque Industrial Quinta Lavi
Escritório n.º9, Bloco B
2710-161 Sintra
Telem: 925040040
geral@relvaviva.pt
www.relvaviva.pt

Resimadeiras

Maladão, Apartado 7
3300 - 112 Arganil
Telf: 235713561 · Fax: 235713563
resimadeiras@sapo.pt

Sérgio C. Domingues & Ca. Lda.

Tomada - Moreira
4950-600 Monção
Telf: 251666262 · Fax: 251666262
s.c.domingues@sapo.pt

Silvapor, Lda.

Qtª da Devesa, Srª da Graça
6060-191 Idanha-a-Nova
Telf: 277208208 · Fax: 277202780
silvapor@silvapor.pt
www.silvapor.pt
Acreditações
√ ISO 9001 Gestão de Qualidade
√ Alvará de construção
√ Empresa acreditada para a aplicação de fitofármacos

Silviaçores Silvicultura, Lda.

Carreira - Fajã de Cima, S/N
9500-511 S. Miguel
Telf: 296638268 · Fax: 296638268
silviazores@sapo.pt
Acreditações
√ PME Líder

Silvicorgo, Transportes e Serviços Lda.

Rua Fundadores do circuito de Vila Real, nº10
5000-415 Vila Real
Telf: 259322478 · Fax: 259322484
info@silvicorgo.com
www.silvicorgo.com

Silviguarda - Silvicultura e Transportes Lda.

Urb. do Cabeço Lote 5 Estrada de Alfarazes
6300-651 Guarda
Tel: 271223223 · Fax: 271223223
geral@silviguarda.pt
www.silviguarda.pt

Silviland - Serv. e Obras Florestais

Av. Maria Lamas, nº 68, 3º dto - 2775-123 Parede
Telem: 919797587
info@silviland.pt

Soc. Agríc. e Pecuária Melo e Cancela Lda.

R. das Flores, nº17, Pereiro - 3780-412 Avelãs de Cima
Telf: 231504946 · Fax: 231515383
jose.cancela@iol.pt
Acreditações
√ Autocertificação de plantas (ICNF)

Socriter, Lda.

Zona Industrial de Ulme - 2140-385 Chamusca
Telf: 249771696 · Fax: 249771698
geral@socriter.pt

Soprobe, Lda.

Rua 18 de Maio lt 882 r/c Esq. Rossio Sul Tejo
2205-040 Abrantes
Telf: 241331413 · Fax: 241331414
Soprobe@mail.telepac.pt

T. M. F., Lda.

R. 5 de Outubro, 28 - 2100-127 Coruche
Telf: 243610100 · Fax: 243610109
ecoagro@ecoagro.pt

Tavares & Quintas, Lda.

Avenida da Saudade, nº 1 - 4415-575 Crestuma
Telf: 227650101 · Fax: 227650101

Teleflora S.A.

Campo Grande, 183 - 2º - 1700-090 Lisboa
Telf: 217826700 · Fax: 217958392
teleflora@teleflora.pt
Acreditações
√ PME Líder
√ ISO 9001 Gestão de Qualidade
√ ISO 14001 Gestão Ambiental
√ ISO 18001 Saúde e Segurança no trabalho

TerraGres Gestão Agr. Florestal e Ambiente, Lda.

Rua Lourenço Caiola, 2
7370-109 CAMPO MAIOR
Telf: 212744067 · Fax: 212760924
info@terragres.pt
www.terragres.pt

Terra Relevo

Zona Industrial, arruamento M, fracção D
3850 - 184 Albergaria-a-Velha
Telf: 258731504
geral.terrarelevo@gmail.com

Terra Team

Av. Miguel Bombarda, 36 - 2º G
1950 - 165 Lisboa
Telf: 216 045 252
joseaires@terrateam.pt
www.terrateam.pt

Tomás Floresta, Lda.

Troviscal - 3280-115 Castanheira de Pera
Tel: 919434267
Fax: 236432458
tomastfloresta@gmail.com

Torexcel - Toros p Export. e Celulose, Lda.

Vilarinho do Alva - Rua do Cascalho nº114
3300 - 330 Pombeiro da Beira
Telf: 235208680 · Fax: 235208681
toexti@sapo.pt

Unimadeiras S.A.

Apartado 3 - 3854-909 Alberg. a Velha
Telf: 234521864 · Fax: 234523665
geral@unimadeiras.pt
www.unimadeiras.pt
Acreditações
√ PME Líder
√ ISO 9001 Gestão de Qualidade
√ FSC Gestão Florestal
√ FSC Cadeia de Custódia
√ PEFC Gestão Florestal
√ PEFC Cadeia de Responsabilidade

ValdeLima

Parque Empresarial de Paço, lt 24
4970-249 Arcos de Valdevez
Telf: 258480280 · Fax: 258480289
geral@valdelima.pt
www.valdelima.pt
Acreditações
√ Alvará de construção

Vedap - Esp. Verdes, Silvicultura e Vedações S.A.

Rua Moinho de Vento S/N - Apartado 21
2250-909 Constância
Telf: 249739654 · Fax: 249739655
geral@vedap.pt
www.vedap.pt
Acreditações
√ ISO 9001 Gestão de Qualidade
√ ISO 14001 Gestão ambiental
√ Alvará de construção

Verde Sereno Lda.

Rua da Capela nº2 Telheiro-Barreira
2410-033 Leiria
Telf: 244009038 · Fax: 244831134
geral@verdesereno.com
www.verdesereno.com

Viveiros de Santo Isidro, Lda.

Herdade Pontal - Apartado 5- 2985-275 Pegões
Telf: 265898039 · Fax: 265898047
viveirosstoisidro@gmail.com

Viveiros do Furadouro Lda.

Quinta do Furadouro - 2510-582 Olho Marinho
Telf: 262965020 Fax: 262965021
viv.furadouro@mail.telepac.pt
Acreditações
√ Autocertificação de plantas (ICNF)



NOVOS ASSOCIADOS



Quer associar-se à ANEFA?
Toda a informação em www.anefa.pt
- Associados - Doc. Novo Associado



Elevado desempenho com emissões poluentes reduzidas.

A escavadora de rastos CAT 320EL é a máquina de eleição para operadores florestais de todos os segmentos de atividade.

Aplique-lhe o acessório mais adequado ao trabalho pretendido e poderá confirmar a sua rentabilidade, desempenho e consumo.

Não hesite em contactar-nos para mais informações!

Visite o novo MinisCat.pt para conhecer melhor os equipamentos de pequena e média dimensão Cat que podem ser uma mais valia para si e para o seu negócio!

OFERTA SETOR PRIMÁRIO



POR TERRA E MAR, A CAIXA APOIA OS SEUS PROJETOS.

A Caixa apoia as empresas do setor primário com 80 milhões de euros para financiamento imediato e com condições flexíveis. Para os projetos aprovados no âmbito do PRODER e PROMAR, disponibiliza ainda uma linha de crédito específica, com condições especiais, prazo até 7 anos e período de carência até 2 anos.

Encontre também na Caixa um serviço de atendimento com gestores especializados, diversos seguros para cobrir o património e responsabilidades da sua empresa e soluções de apoio à tesouraria, investimento e exportação. Informe-se sobre toda a oferta numa agência ou gabinete Caixa Empresas.

HÁ UM BANCO QUE ESTÁ A AJUDAR A ECONOMIA
A DAR A VOLTA. A CAIXA. COM CERTEZA.

Caixa
Empresas



Caixa Geral
de Depósitos